



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE TEATRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTES CÊNICAS**

MARIA DE FÁTIMA BORGES DO SACRAMENTO

**A NATUREZA DO ESPETÁCULO
REVELADOR DO CIDADÃO DANÇANTE:
UMA EXPERIÊNCIA DE ARTE EDUCAÇÃO COM A
DANÇA NA FUNDAÇÃO CIDADE MÃE**

**SALVADOR
2008**

MARIA DE FÁTIMA BORGES DO SACRAMENTO

**A NATUREZA DO ESPETÁCULO
REVELADOR DO CIDADÃO DANÇANTE:
UMA EXPERIÊNCIA DE ARTE EDUCAÇÃO COM A
DANÇA NA FUNDAÇÃO CIDADE MÃE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade Federal da Bahia como requisito para aquisição do Título de Mestre.

Orientadora:
Prof.^a Dr.^a Lúcia Fernandes Lobato

SALVADOR
2008

Biblioteca Nelson de Araújo – Teatro/UFBa

S123 Sacramento, Maria de Fátima Borges do.

A Natureza do espetáculo revelador do cidadão dançante: uma experiência de arte educação com a dança na Fundação Cidade Mãe / Maria de Fátima Borges do Sacramento. - 2008

135 f. : il.

Orientadora : Prof^a Dr^a Lúcia Fernandes Lobato.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Escola de Teatro.

1. Dança. 2. Arte - educação. 3. Cidadania. II. Universidade Federal da Bahia. Escola de Teatro. III. Título.

CDD - 793



Serviço Público Federal
 Universidade Federal da Bahia
 Escola de Dança / Escola de Teatro
Colegiado dos Cursos de Pós-Graduação em Artes Cênicas

ATA DA DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DA ALUNA MARIA DE FÁTIMA BORGES DO SACRAMENTO NO PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM ARTES CÊNICAS - MESTRADO E DOUTORADO - DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Aos onze dias do mês de março de 2008, a partir das 15h00, reuniu-se no Auditório I da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, a Comissão Examinadora composta pelos professores doutores *Eliana Rodrigues Silva (PPGAC/UFBA)*, *Sonia Maria Rocha Sampaio (FFCH/UFBA)* e *Lucia Fernandes Lobato* (orientadora e presidente da sessão), para julgar o trabalho intitulado "**A Natureza do Espetáculo Revelador do Cidadão Dançante: Uma Experiência de Arte Educação com a Dança na Fundação Cidade Mãe**". Após arguição e discussão, a banca avaliou o referido trabalho, chegando à conclusão de que este é considerado **APROVADO COM DISTINÇÃO**. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da qual lavrei a presente Ata, que, após lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes e encerrada por mim.

Lucia Fernandes Lobato

Salvador, 11 de março de 2008

Ficasse Rely
Regina Dantas
Carla Oliveira
Lucia Fernandes Lobato
Flávia de Fátima B. do Sacramento
Jane Maria Brito Sales de Azevedo
Apissa El Hussaini
Luciana Sacramento de Carvalho
Luciana Sacramento de Carvalho
Luciana Sacramento de Carvalho

*À minha filha Luana. Sua existência é meu sentido de vida.
Às memórias de minha avó e de minha mãe – grandes
matriarcas – e ao meu pai, que me ensinaram a importância
do estudo e os valores que são os meus mais importantes
referenciais.*

AGRADECIMENTOS

Meu especialíssimo agradecimento à Prof^ª. Lúcia Fernandes Lobato por todo o crédito, dedicação e divertidas e polêmicas horas de orientação.

Aos Professores Eliana Rodrigues e Sérgio Farias, que demonstrando grande sentido de valor ao ser humano, foram importantes incentivadores em minha caminhada.

Gostaria de agradecer ao PPGAC – Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade Federal da Bahia e a CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, por ter possibilitado a realização dessa pesquisa.

Meu especial agradecimento a Lindiwê Aguiar, por disponibilizar-se diante das necessidades.

A Rita Gonçalves de Alcântara pelas primeiríssimas sugestões na construção de textos e por estar sempre vibrando positivamente por mim e a Altamiro, seu companheiro e amigo, minha admiração.

A Gui Alcântara pelas boas conversas, livros e afinidades.

Dizem que quando duas pessoas se encontram em afinidades, cada uma delas possui uma asa de anjo que, juntas, formam um par de asas. Agradeço à minha outra asinha – Regina Lúcia – por seu apoio e afeto em momentos cruciais.

Sou grata a José Carlito e Iara Farias, representantes da Fundação Cidade Mãe – pelo crédito, reconhecimento e oportunidade.

Aos meus alunos e ex-alunos – objetos dessa pesquisa – que em suas passagens pela minha vida contribuíram para meu crescimento e transformação e, para disseminar uma compreensão maior, sobre as crianças e jovens e seu grande potencial.

Gostaria de agradecer a todos os meus amigos que pacientemente compreenderam minha ausência.

Quando resolvi fazer o mestrado, vivenciei a tentação de falar sobre vários assuntos que me despertavam igual interesse, até chegar aos meninos e meninas da Fundação Cidade Mãe. Para compreender essa escolha foi necessário entender a minha semelhança com esses jovens.

Para falar de desvelamento, penso que tenho antes de falar de descobertas, entendimento e aceitação identitária, processos pelos quais trilhei a dura cavalgada da minha vida. Então, falar dos meninos e meninas da Fundação Cidade Mãe é antes de tudo, falar de mim mesma, das minhas construções, alegrias, dores e revelações. Hoje me reconheço nos referenciais que me construíram e que estão fortemente calcados numa herança cultural de matriz africana. Esse reconhecimento produziu em mim, um sentimento de pertencimento, uma revelação. Desvelar remeteu-me a um mundo dantes desconhecido. Mas não um mundo encantado de beleza exótica e inteligência artificial, e sim, a um lugar verdadeiro para mim, de beleza simples e pura – rosto sem maquiagem, corpo sem muitos panos, apenas o essencial:

“[...] e assim descobri o meu poder, entendi o meu poder e aceitei o meu poder e vi que ele está em todas as coisas que eu acredito. Na crença em Olorum, no orixá que rege a minha cabeça, orayê yê ô minha Mãe Oxum e na afirmação constante que direciona o meu caminho, pois legitima a minha origem e consciência de saber quem eu sou.”

BORGES, Fátima. **Luxo de cú com corpo nu.** *Performance* apresentada no Ateliê de Coreógrafos Brasileiros/ano IV, Solos > 40, 2005.

RESUMO

Esta dissertação de Mestrado apresenta a análise crítica de uma experiência de arte-educação, realizada na Fundação Cidade Mãe, em busca de uma dança para a cidadania. Baseia-se nos estudos pós-colonialistas, desconstrucionistas e nas propostas metodológicas de Ivaldo Bertazzo para uma intervenção da dança na construção do sujeito portador de direitos e deveres. Levanta a hipótese de que há um potencial na criação em dança, que produz um espetáculo capaz de restituir para o ator social, o sentimento de pertencimento, propiciando a conquista da sua condição cidadã.

Com este propósito foi utilizada uma metodologia que compreendeu várias fases: inicialmente houve a seleção e organização da bibliografia pertinente. Logo depois, a ação de observação da experiência realizada, seguida pela organização e catalogação dos resultados, fruto da sistematização do trabalho com os sujeitos pesquisados.

Toda a pesquisa consolidou-se em três capítulos. No primeiro foi abordada a formação histórica da população de Salvador e suas conseqüências no que se refere às desigualdades sociais. No segundo capítulo foi apresentada uma amostra da estrutura organizacional da Fundação Cidade Mãe a partir de uma visão crítica de sua prática pedagógica calcada na formação para a cidadania, dando enfoque à arte-educação. O terceiro capítulo comprova a hipótese levantada, indicando os elementos essenciais capazes de identificar o espetáculo revelador do cidadão dançante.

Para fundamentar a construção teórica desta pesquisa foram utilizados autores como: Antônio Risério na história da formação da população baiana; Edward Telles e Hélio Santos nas questões relativas à discriminação racial, social e residencial; Milton Santos e Bader Sawaia no que tange à globalização e exclusão; Michel Foucault com suas teorias sobre o corpo vigiado e punido; Ivaldo Bertazzo como um importante elemento de sustentação das noções do espetáculo e seu conceito de cidadão dançante; Steban Levin e Marcus Vinicius Machado que dão suporte para o entendimento da leitura corporal através da psicomotricidade; Michel Thiollent na orientação do conceito de pesquisa-ação utilizado neste texto e outros autores que reiteraram esse processo investigativo.

Palavras-chave: Espetáculo; Ator social; Cidadania; Dança.

ABSTRACT

This work presents a critical analysis of an experience in art/education accomplished at the Fundação Cidade Mãe (Mother City Foundation), in view of finding a dance for citizenship. It is based upon the post-colonialist, deconstructing studies and on the methodological proposals of Ivaldo Bertazzo for an intervention of dance in the construction of a individual consciousness of his (her) rights and duties. The study conjectures that there is a potential in dance creation which produces a sight capable of restoring the sentiment of belonging to the social actor, and provides the conquest of the citizen condition. For this purpose a methodology was used that included some observation, organization and cataloging action, fruit of a systematization of work with the individuals researched. This systematization was consolidated and divided in three chapters, where the historical development of the population in Salvador and its consequence in what refers to the social inequalities was approached. It showed in consequence a view of the organizational structure of Fundação Cidade Mãe, within a critical view of the uses of its pedagogical action is based upon the upbringing of citizenship, by focalizing art/education and corroborating the referred hypothesis and affirming the principles and elements constituting the revealing show of the dancing citizen. In order to validate the theoretical construction of this research, the authors researched were: Antônio Risério on the history of development of the population in Bahia; Edward Telles and Hélio Santos on questions related to racial, social and residential discriminations; Milton Santos and Bader Sawaia in what globalization and exclusion are concerned; Michel Foucault on his theories about the watched and punished body; Ivaldo Bertazzo as an important element for sustaining the notions of the show and his concept of dancing citizen; Steban Levin and Marcus Machado who give support to the comprehension of the body reading through the psychomotricity; Michel Thiollent was red for the orientation in the concept of research-action used in this text and other authors who reiterated this investigating process.

Key-words: Show; Social Actor; Citizenship; Dance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Alunas da oficina de dança da Empresa Educativa de Roma – Fundação Cidade Mãe 2004.....	26
Ilustração 2 – Quilombo Urbano – Bairro de Alagados, Salvador-Ba, 1999.....	32
Ilustração 3 – Fachada da Empresa Educativa de Roma, Largo de Roma s/n. Salvador-Ba. Fundação Cidade Mãe 2004.....	40
Ilustração 4 – Apresentação de samba de roda com crianças e adolescentes das oficinas de dança, capoeira e teatro da Empresa educativa de Roma Fundação Cidade Mãe 2005.....	64
Ilustração 5 – Aula de improvisação da oficina de dança da empresa Educativa de Roma Fundação Cidade Mãe. Aluna Ana Paula – 2006.	71

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I DESIGUALDADE SOCIAL E ESTRUTURA DO PODER.....	18
1.1 A HERANÇA COLONIAL.....	18
1.2 OS QUILOMBOS URBANOS CONTEMPORÂNEOS	21
1.3 OS HERDEIROS DOS QUILOMBOS URBANOS	26
1.3.1 Os meninos e meninas da Fundação Cidade Mãe	33
CAPÍTULO II A FUNDAÇÃO CIDADE MÃE	37
2.1 A ORIGEM, ESTRUTURA ATUAL E ESTRATÉGIAS POLÍTICAS	37
2.2 A ESTRATÉGIA ARTÍSTICA DA FUNDAÇÃO CIDADE MÃE	41
2.3 O PAPEL ATUAL DA DANÇA NA FUNDAÇÃO CIDADE MÃE: DO IDEAL AO REAL	45
CAPÍTULO III A NATUREZA DO ESPETÁCULO DO CIDADÃO DANÇANTE	48
3.1 UMA EXPERIÊNCIA DE ARTE EDUCAÇÃO COM A DANÇA NA FUNDAÇÃO CIDADE MÃE	48
3.1.1 A filosofia norteadora da proposta da experiência.....	48
3.1.2 A prática das minhas oficinas de dança na Fundação Cidade Mãe.....	50
3.2 DO CORPO POTENCIAL AO CIDADÃO DANÇANTE.....	55
3.2.1 Imagem e esquema corporal.....	58
3.3 UMA DANÇA A SERVIÇO DA CIDADANIA.....	64
3.3.1 Elementos constitutivos de uma dança para a cidadania	64
3.3.2 Perspectivas metodológicas	67
3.4 A REVELAÇÃO DO ESPETÁCULO DO CIDADÃO DANÇANTE	71
ASPECTOS CONCLUSIVOS	74
REFERÊNCIAS.....	80
ANEXOS	83
ANEXO A – OS QUILOMBOS URBANOS CONTEMPORÂNEOS	83
ANEXO B – AS OFICINAS DE DANÇA DA FUNDAÇÃO CIDADE MÃE	87
ANEXO C – DEPOIMENTOS DAS CRIANÇAS DAS OFICINAS DA FUNDAÇÃO CIDADE MÃE	92
ANEXO D - DEPOIMENTO DE MEMBROS DA EQUIPE DA FUNDAÇÃO CIDADE MÃE	100
ANEXO E – DOCUMENTOS DA FUNDAÇÃO CIDADE MÃE	104

INTRODUÇÃO

Esta Dissertação de Mestrado não pôde furtar-se a uma imersão na conjuntura política brasileira, nem sequer a uma análise com base em recorte territorial, por tratar-se de pesquisa que tem como foco uma ação de intervenção artística para a cidadania com crianças e jovens de origem popular, na cidade de Salvador, Bahia.

Minha opção não foi por uma via etnográfica, mas sim pela análise crítica de minha experiência como arte-educadora na Fundação Cidade Mãe perseguindo minha crença na construção da cidadania, através do trabalho com a dança.

Parte da constatação de que o Homem produziu ao longo de sua história civilizatória, um fenômeno que consiste na desintegração inter-relacional, pois produziu ideologias que, ao invés de harmonizar a humanidade, cada vez mais a fragmentaram. Os paradigmas e pressupostos conceituais do poder político influenciam comportamentos, ações, éticas e valores sempre a partir de uma cultura de referência. A possibilidade da diversidade sempre foi marcada pelos movimentos de resistência a esta imposição.

O geógrafo Milton Santos (2006:37) advertiu que ocorreram grandes mudanças no mundo no final do século XX provocadas pelo advento das novas técnicas que estabeleceram as bases de uma ação humana mundializada. No entanto afirmou que essa ação produziu uma globalização perversa para a maior parte da humanidade. A relação entre o dinheiro e a informação torna-se a base ideológica que ratifica as ações que são características da época atual. Ao mesmo tempo em que buscam uma conformidade com um novo conceito de ética nas relações sociais e interpessoais, que influencia na formação do caráter das pessoas.

A globalização – fruto de processos e tendências que invadem as culturas nacionais – contém em si o paradoxo da ambigüidade. Se por um lado propõe a unidade através de uma grande rede transdisciplinar, encurtando distâncias, agilizando a comunicação a partir do desenvolvimento de uma tecnologia avançada, interferindo e influenciando culturas, por outro lado produz uma ação que relaciona o sujeito, fruto dessa globalização, com um processo de não pertencimento a lugar algum, sendo agora uma ínfima parte esvaziada de um todo de não lugares.

Sobre a noção de não lugares, a Professora Dr^a. Elizabeth Muylaert Duque Estrada ¹ (2006) cita que para Derrida o não lugar é uma estrutura regulada pela lógica do não

¹ Elisabeth Muylaert Duque Estrada é jornalista e professora do Curso de Especialização e Literatura Brasileira da PUC – Rio. É Doutora em Estudos de Literatura pela PUC – Rio.

aparecimento. Nesse sentido essa lógica expressa aquilo que é narrado, mas que não aparece em presença efetiva. Para Derrida, esse não aparecimento é estrutural a toda narrativa ou discurso que se refere às questões relacionadas à identidade, seja ela nacional, racial ou lingüística. Onde localizar a presença efetiva de algo como “identidade” seja ela qual for? Justamente por não existirem em si mesmas, ou seja, por não serem objeto de manipulação prática ou apreensão teórica, as identidades podem ser objeto de discursos sobre a identidade, seja ela qual for.

Estrada continua, afirmando que o discurso descreve o objeto que não aparece, o que não existe sobre si mesmo e coloca que, para Derrida, a partir dessa estrutura lógica, o termo mais apropriado para dar conta dessa argumentação não é “identidade” e sim “identificação”, pois define um processo de contínua relação com uma situação ou condição, como: a nacionalidade, a etnia, a língua, sendo esses, referenciais da humanidade. Mas, para Derrida uma situação ou uma condição nunca será apreendida, apropriada, porque ela (a identidade) nunca existiu ou existirá enquanto coisa concreta, palpável. Nesse sentido todo discurso traz uma narrativa problematizável.

Anteriormente o Iluminismo propagou idéias e crenças com base na razão como regente de todas as transformações comportamentais do homem, da sociedade e da natureza. Da extrema crença na racionalidade nasceu um sujeito racional, pois, segundo o filósofo Descartes (2006, p. 10), a razão e o senso eram a única coisa que diferenciavam os homens dos animais. A subjetividade iluminista tornou o indivíduo o centro do universo, razão de todas as coisas, onde as transformações se sucedem a partir da ação desse indivíduo, não aleatórias a ele próprio. Tratava-se de um sujeito com uma unidade psíquica, política e social, contraditório com o atual sujeito produto da globalização que emerge da conseqüente fragmentação dessa unidade. O capitalismo e o imperialismo dissolvem o romantismo iluminista que defendia a liberdade política, econômica e a igualdade para todos perante a lei, comprometendo o ideal de um desenvolvimento social de caráter igualitário.

A contemporaneidade tanto nos seus aspectos econômicos, como políticos e sociais resultou num alto nível de marginalidade e violência, principalmente urbana, insustentável. Essa situação gerou um contingente de jovens em situação de pobreza, considerados pelo poder, como sucata humana.

Estudos constantes têm sido realizados no Brasil no sentido de identificar os centros de maior índice de desigualdade do país.

O economista e pesquisador Marcelo Paixão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)² aponta a semelhança existente entre a situação de pobreza da população afrodescendente brasileira, de baixa renda, de algumas regiões do país e a população africana nos seus países mais pobres como Gabão e Argélia.

Estes estudos mostram a existência de cerca de 21 milhões de pessoas em extrema situação de miséria e pouco mais de duas mil ocupando o topo da pirâmide. Há sempre um dado importante e sinalizador atestando que, mesmo entre os pobres, a população negra ainda é a maioria.

O economista também comparou os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado pela Organização das Nações Unidas, cabendo novamente ao negro os postos mais baixos na sociedade, incluindo-se aí salários, expectativa de vida, escolaridade, entre outros.

Usando a metodologia do índice de desenvolvimento humano (IDH), da ONU, o estudo demonstra que os negros do Nordeste ocupam os últimos lugares no ranking brasileiro, dividido por Estados. Os postos mais altos são ocupados pelos brancos que vivem no Distrito Federal, Rio de Janeiro e São Paulo (CARNEIRO, 2000, p. 103).

Segundo dados do FIDA³, o Brasil é um país de dimensões territoriais gigantescas, com grandes problemas sociais, e uma distribuição de renda injusta que determina unidades territoriais com mais ou com menos recursos. Porém, desponta como propulsora potência industrial latino-americana e contraditoriamente possui uma das piores distribuições de renda do planeta, ficando somente abaixo da África do Sul. Em se tratando de área rural a situação se agrava ainda mais.

A partir desses dados, constata-se que uma das maiores concentrações de pobreza de nosso país se encontra-se justamente na região Nordeste, campo de investigação desta dissertação. Verifica-se aí uma enorme carência em habitação, saúde, educação, alimentação, saneamento básico, emprego, enfim, tudo o que promove qualidade de vida para a pessoa humana. É possível, sem esforço, constatar que o nordestino está longe de poder considerar-se um sujeito portador de direitos, pois suas condições sociais mínimas não lhe conferem uma

² **Questão de Raça.** Artigo do jornalista Marcelo Carneiro publicado na Revista Veja, julho/2000.

³ O Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) é uma agência das Nações Unidas. Foi estabelecido em 1977, em resposta à fome no Sahel. O seu principal objetivo é "fornecer financiamento direto e mobilizar recursos adicionais para programas especificamente destinados a promover o avanço econômico dos pobres rurais, principalmente através do melhoramento da produtividade agrícola". FIDA – **Pobreza rural no Brasil.** Disponível em, http://pt.wikipedia.org/wiki/Fundo_Internacional_de_Developmento_Agr%C3%ADcola. Acesso em: 05 mar. 2007.

condição cidadã, nem um futuro promissor – eis que o país vive mergulhado em crises políticas em meio a grande corrupção.

Esse indivíduo, fruto de carências materiais e sociais, desapropriado de sua humanidade e dignidade, perde a noção de sujeito, de auto-estima e dos valores próprios do ser humano em sociedade. Destituído de seus direitos mais fundamentais, esse sujeito traduz um *status* de exclusão. Edward Telles (2003) em seu livro **Racismo à Brasileira**, argumenta que o termo exclusão é cada vez mais utilizado por acadêmicos e jornalistas, para referência à condição dos negros e pobres na sociedade brasileira “[...] uma vez que os pobres são, em percentuais desproporcionalmente altos, majoritariamente negros” (TELLES, 2003, p.17).

Telles enfatiza esta questão através da citação de Gore e Figueiredo (1997, p.11 *apud* TELLES, 2003, p.17): “exclusão, ou exclusão social, refere-se à falta de integração social que se manifesta através de regras que limitam o acesso de grupos particulares ou pessoas aos recursos ou aos direitos de cidadania”. É com este significado que é tratado o termo **exclusão** neste estudo.

Estes dados possibilitam reconhecer como um problema que a falta de qualidade de vida usurpa do indivíduo seus direitos mais prementes. Esse indivíduo, desarraigado de sua condição de civilidade, mergulhado em uma imensa vacância produzida pela falta das condições mínimas para a vida em sociedade, é gerado dentro de uma situação de pobreza.

A hipótese levantada aponta para a afirmação de que há um potencial na criação em dança que produz um espetáculo capaz de revelar ao atuante ou ator social, do processo artístico, sua humanidade; restituindo-lhe o sentimento de pertencimento e, conseqüentemente, propiciando a conquista de sua condição cidadã. Mas é preciso identificar a natureza e as características próprias reveladoras deste espetáculo, pois não é, evidentemente, qualquer espetáculo que tem essa capacidade em sua essência.

Essa pesquisa se propõe a este desafio, tendo como campo de observação uma intervenção artística em dança com jovens soteropolitanos em situação de pobreza, acolhidos pela Fundação Cidade Mãe. A proposta começa a ser desenvolvida em oficinas de dança cujo enfoque está na busca de criar mecanismos para trabalhar o corpo, destituindo-se de métodos que utilizem padrões já pré-estabelecidos de preparação técnica em dança, no intuito de encontrar novas potencialidades de movimentação corporal. Tendo como meta provocar nesses sujeitos, cidadãos em construção, a reflexão crítica de si e do seu entorno através da montagem de um espetáculo coreográfico. Segundo Ivaldo Bertazzo (1998, p. 17), “a presença do corpo é basilar para passarmos à condição de cidadãos completos e diferenciados”.

Esta investigação, do ponto de vista metodológico, caracteriza-se como uma pesquisa-ação, tal qual definida por Thiollent que consiste numa estratégia de investigação social, onde existe uma ação por parte das pessoas ou grupos implicados no problema sob observação, e uma ação dos pesquisadores que desempenham um papel ativo no equacionamento dos problemas encontrados, no acompanhamento e na avaliação das ações desencadeadas. Este método, segundo Thiollent (2005, p.17) exige uma estrutura de relação entre os pesquisadores e os agentes da situação investigada de tipo participativo.

Sob essa perspectiva, eu participo de maneira ativa na realidade das situações observadas, como professora da Fundação Cidade Mãe, há dez anos convivendo cotidianamente e participando dos conflitos, das dores e também dos desejos e sonhos dos jovens sujeitos desse estudo. A intenção maior da minha proposta é realizar e compreender o impacto produzido pela ação espetacular, culminância de um processo de criação, na transformação dos atores pesquisados.

A lógica do argumento vem apresentada em três capítulos. O primeiro, intitulado **Desigualdade Social e Estrutura do Poder**, contextualiza sucintamente as estruturas econômicas e políticas do poder, as quais marcaram as desigualdades da sociedade baiana desde o período colonial, mais especificamente desde o século XVII e seus vestígios. Essa abordagem não tem a pretensão de fazer um relato histórico, até porque muito já se tem escrito a esse respeito por renomados historiadores, mas, aponta na formação do povo baiano, os aspectos reveladores das origens da desigualdade social e das estruturas de poder que estão presentes nas revoltas dos jovens sujeitos dessa pesquisa.

Não almejo, tampouco, tecer uma avaliação política da situação social brasileira ou baiana, mas busco situar os aspectos históricos provocadores das desigualdades sociais, as conseqüências e heranças da escravidão. Em meio a favelas, morros, invasões, essa pesada herança social faz-se presente para uma população desapropriada de seus direitos cidadãos. Essa população é produto de um processo colonialista baseado na diferença étnica, regida por princípios estabelecidos de raça superior e raça inferior a partir de um sistema de poder que escravizava uns em favorecimento de outros. Assim formou-se a população baiana, definida a partir de uma história de muitas lutas e resistências.

São desses grandes bolsões que surgem os focos de resistência continuada que aqui eu compreendo como “quilombos urbanos” habitados por uma população com altos índices de pobreza, sujeitos de uma condição econômica que muitas vezes beira a miserabilidade. São os herdeiros da loucura, da falta de oportunidades e do desprezo político.

Em meio a uma conjuntura caracterizada por preocupações acerca das desigualdades no Brasil a Prefeita Lídice da Mata promove em 1993 o Projeto Cidade Mãe, voltado para políticas sociais e educativas, fruto de uma resposta ao período anterior, que na pauta da política tentava contemplar uma infância abandonada que surgia nas ruas de Salvador.

Lídice da Mata e Souza nasceu na Cidade de Cachoeira, no Recôncavo baiano, em 1956, e graduou-se em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia, em 1982. Foi consultora do Projeto Axé e em 1991 fundou o Instituto Pensar. Foi presidente da Frente Nacional de Prefeitos e consultora em Políticas Públicas e Gestão Municipal de várias organizações. Tornou-se Prefeita de Salvador pelo Partido da Social Democracia Brasileira, PSDB com mandato de 1993 a 1996.⁴

O Projeto Cidade Mãe, desde seu nascimento, propõe beneficiar um contingente populacional de crianças e jovens alijados de seus direitos mais fundamentais, buscando atuar na construção ou reconstrução de suas identidades para tornarem-se atores sociais capazes de auto-revelação. A ação da Instituição envolve uma rede que compreende a sua estrutura organizacional, as famílias, os educadores, os técnicos sociais, os projetos, além da participação social e parcerias com Instituições não governamentais.

O segundo capítulo, **A Fundação Cidade Mãe**, que se dedica a detalhar a ação da Instituição, a partir de informações acerca de sua origem, estrutura atual e suas estratégias políticas. É apresentada uma breve análise de suas metas estabelecidas, seus ideais e conflitos como instituição, que atua num Estado que dispensa poucas verbas para realização de trabalhos sociais, o que gera impacto dentro e fora da instituição. O projeto da Fundação Cidade Mãe propõe duas vertentes de investimento educacional para a qualificação profissional e a outra para a educação sensível a partir de propostas artísticas. Estes dois formatos constituem a proposta pedagógica da Instituição que defende a qualificação humana em primeira instância como base para a transformação social do país.

Esta dissertação se atém, no terceiro capítulo, a identificar a **Natureza do Espetáculo do Cidadão Dançante**, a partir das experiências da autora ao longo de dez anos de atuação na referida instituição.

Nesse capítulo é comprovada a hipótese de que existe uma especificidade na criação do espetáculo em dança com potencial de revelar ao cidadão dançante sua humanidade, restituindo-lhe o sentimento de pertencimento e conseqüentemente propiciando a construção

⁴ (Fonte: Jornal Informativo da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia – Palácio Dep. Luis Eduardo Magalhães, 1ª avenida, 130, CEP: 41.745-001, CAB, Salvador-Bahia. Fone: (0xx71) 3115-7268 / 3115-7199).

de sua condição cidadã. Nesse capítulo são indicados os elementos e as características do espetáculo apontado como um verdadeiro passaporte para a construção do sujeito cidadão.

Finalmente apresento, nas conclusões finais, algumas prognoses que são conseqüências de todo o meu processo de investigação, seguida das Referências que deram suporte ao trabalho e alguns Anexos que contribuem para uma informação complementar ao argumento.

CAPÍTULO I

DESIGUALDADE SOCIAL E ESTRUTURA DO PODER

1.1 A HERANÇA COLONIAL

A compreensão do pulsar da cidade do Salvador passa pelo conhecimento da sua diversidade sociocultural usinada pela alegria das festas de largo e do carnaval. Nela há uma efervescência que remonta a uma herança advinda de três grandes culturas: a indígena, a africana e a européia. Esta última foi uma das bases da implantação da mentalidade político-administrativa e ideológica desse agrupamento humano que se formou na Bahia, onde nasceu o Brasil.

Salvador foi a primeira sede do governo brasileiro, sendo também um dos principais portos por onde os navios negreiros derramavam uma população de indivíduos já alijados de um dos seus direitos mais fundamentais – a liberdade. Eram homens jogados numa sociedade que se formava a partir de valores em que se distinguiam os “gentios”, “homens bons” e os “africanos escravizados”⁵.

O Brasil é um exemplo significativo de diversidade cultural num mesmo território, resultado de um processo colonizador que misturou povos vindos de lugares e culturas diferentes como os europeus, os africanos e os índios que tornaram mestiça sua existência. Antes mesmo dos espanhóis, franceses, holandeses e portugueses descobrirem o caminho para a *terra brasilis*, os verdadeiros donos destas terras vieram dos povos que atravessaram o Estreito de Bering e foram parar naquele território até então desconhecido. Segundo André Prous, citado por Antônio Risério (2004):

Até o início de nossa Era, os habitantes do litoral mantiveram sua profunda originalidade [...] Suas culturas desapareceram somente sob os golpes da cultura pan-brasileira dos tupiguaranis, oriundos das terras do interior (RISÉRIO 2004, p.20).

Seguindo ainda as informações de Risério (2004), Prous falava de “culturas litorais arcaicas”, povos que habitavam o centro-sul do território e os povos da costa litorânea, onde atualmente está situada a Bahia.

⁵ “Gentios” eram assim chamados os índios que habitavam o Brasil colônia, “homens bons” eram os senhores donos de terra, milícia, clero e os escravos eram os negros africanos escravizados no Brasil.

Na verdade, antes da invasão lusitana e antes mesmo da invasão que a antecedeu, feita pelos grupos tupis, o território brasileiro já era habitado por uma cultura existente há mais de dois milênios. Os primeiros povos que aqui se fixaram, atravessaram o Estreito de Bering formando as primeiras tribos indígenas brasileiras. Segundo Risério (2004) essas tribos já travavam lutas de dominação territorial e cultural entre si.

Os primeiros contatos entre tupis e europeus aconteceram a partir do século XVI, com a chegada de espanhóis, franceses, holandeses e portugueses na *Terra Brasilis*. Assim inicia-se um processo de destruição ainda maior em nome dos princípios então existentes de raças superiores sobre raças inferiores.

No período quinhentista na costa litorânea brasileira, também aporta um jovem natural da região Norte de Portugal, chamado Diogo Álvares Correia, encontrado pelos índios após naufrágio e denominado por esses, Caramuru, que tempos depois

“[...] casou-se com uma índia tupinambá, filha talvez de um morubixaba, e uma espécie de morubixaba tornou-se também ele, constituindo uma curiosa aldeia mestiça, que reuniu europeus e ameríndios no litoral da Bahia [...]” (RISÉRIO, 2004. p. 57).

Para Risério (2004) a mestiçagem é uma característica desde os tempos chamados de “período Caramuru da história do Brasil”. Por essa razão antes de qualquer pensamento sobre a miscigenação brasileira é necessário compreender os primeiros fatos que aconteceram nessa aldeia “eurotupinambá”, assim denominada por Risério para definir a miscigenação entre os índios e os europeus, que não aconteceu por uma liberdade de escolha Tupinambá.

Risério (2004), afirma que os Tupinambás referiam-se como Kirymuré e depois Paraguaçu ao sítio que no início do século XVI, viria a ser construída a Cidade do Salvador e seu entorno regional, recebendo assim a denominação de Bahia de Todos os Santos.

Isto significa que a história do Brasil começou muito antes de Portugal decretar oficialmente a sua descoberta. O invasor não valorizou imediatamente aquilo que pensou ter descoberto muito mais preocupado estava com os lucros das terras do Oriente. Isto porque aquele grande amontoado de terra não parecia algo valioso aos seus olhos “descobridores”. O processo de invasão e aniquilamento cultural é histórico. As lutas travadas pelos homens ao longo da sua existência sempre foram e ainda são regidas pelo equivocado princípio do domínio de raças pretensamente superiores escravizando aquelas as consideradas inferiores.

A nova terra descoberta era muito rica em sua biodiversidade e pedras preciosas. Desta forma, implantou-se aqui uma política de exploração de riquezas sem precedentes e sem reposição, instituindo-se, ainda, de maneira mais significativa o sistema de escravidão.

É possível compreender que a política econômica e social implantada nas terras brasileiras pelos povos europeus baseava-se na exploração econômica escravista. As riquezas eram retiradas e levadas para outras terras e serviam para sustentação e enriquecimento dos povos que detinham o poder bélico, que também lutavam entre si pela posse desse espaço territorial tão grande e tão desconhecido. Porém, os europeus invasores percebiam o seu potencial de abundância “onde em se plantando tudo dá”.

Assim a conseqüente implantação de uma política baseada num sistema escravista detonou um formato econômico e social de cerceamento dos direitos de cidadania à grande maioria que não pertencesse ao grupo dominante na *terra brasilis*.

Durante séculos dizimaram-se tribos indígenas e, com a implantação do sistema econômico agrícola passou-se a importar africanos nos famigerados navios negreiros, para trabalhar nas lavouras como “*peças*” para o exercício efetivo de um serviço que faria funcionar a máquina geradora de lucros voltados apenas para a direção do além-mar. Essas foram algumas das características marcantes na constituição de nossa herança cultural.

Segundo informação de Manuel Querino (2006), os primeiros escravizados chegaram ao Brasil por volta de 1538 em uma nau de Jorge Lopes Bixorda. O autor descreve o processo de captura na África, e as condições desumanas a que eram submetidos os escravizados naquelas viagens e de como chegavam à região de Água de Meninos onde havia um cais.

E em meio a todo esse início de processo colonizatório surge

a primeira sede de governo no Brasil foi Salvador, erigida sob as ordens de Tomé de Souza, na capitania da Bahia, tornada real. Para constituir famílias católicas o primeiro governador tratou de promover a vinda de mocinhas órfãs (prostitutas) de Portugal. No ambiente tropical ia nascendo uma sociedade diferente[...] (ALENCAR, 1996, p.25).

Era preciso tocar esse novo governo, então:

As câmaras decidiam sobre a administração do município, sobre as missões de guerra ou de paz com os índios, sobre o abastecimento, a fixação de salários, os impostos. Nas câmaras municipais estava o verdadeiro poder político colonial, disperso e local, mas sempre em acordo com a força mais determinante da nossa vida social, a metrópole (ALENCAR, 1996. p.26).

E assim ficou decidida e implantada a administração e a normatização da vida, nessa colônia portuguesa, desde o início alijando da sua estrutura de poder a participação de índios e negros. Estes estavam determinados ao trabalho escravo, marginalizados da vida social e urbana. Conseqüentemente, o sistema escravista estende-se até hoje, atingindo a população dos quilombos urbanos que se tornaram, não por escolha, herdeiros das mazelas coloniais.

1.2 OS QUILOMBOS URBANOS CONTEMPORÂNEOS

No item anterior a intenção foi demonstrar que a desigualdade no Brasil tem origem no nosso processo de colonização. Recentemente a histórica desigualdade social acentuou-se ainda mais, a partir do fenômeno da globalização, que traz em seu bojo uma ideologia globalitarista (globalização + totalitarismo), segundo Santos (2006). Esta ideologia impõe uma ação preponderante de poder sobre aqueles que não têm acesso ou não dominam a informação das técnicas hegemônicas. Saber constitui poder e, no mundo globalizado, torna-se instrumento de dominação, a partir do momento em que as tecnologias de ponta possibilitam um acesso à maior quantidade de informação possível em tempo real. Essa crença parte do pressuposto que está disponibilizada a todos, de maneira igualitária, uma idêntica gama de informações em tempo real, sendo que esse tempo fica cada vez mais estreitado a partir de uma evolução tecnológica sem precedentes, supostamente possibilitando a todos o acesso ao conhecimento destas mesmas técnicas produtoras do poder.

No entanto, a partir das desigualdades econômicas e sociais mantidas por essa mesma ideologia globalitarista, chegar a esse conhecimento torna-se restrito a uma camada privilegiada. Na verdade, poucos têm acesso significativo a essa tecnologia de ponta. Assim, fica o poder retido nas mãos daqueles que podem acessar de maneira mais rápida e exequível a tecnologia e a informação.

A escravidão foi declarada extinta oficialmente no Brasil, mas desde então, nada ficou assegurado ao contingente populacional deserdado e supostamente libertado. Essa população, em contínuo crescimento, tornou-se uma existência incômoda. Antes da declaração da Lei Áurea em 1888, quando oficialmente os negros escravizados foram deixados à míngua, já existiam no país manobras anteriores para impedir o acesso dessa população a um dos direitos humanos mais fundamentais, que é a educação.

Matilde Ribeiro (2004:7)⁶ informa que o Decreto nº 1.331 de 17 de fevereiro de 1854, determinava que não seriam admitidos escravos nas escolas públicas do país e a instrução para adultos negros dependeria da disponibilidade de professores. Já o Decreto nº 7.031-A de 6 de setembro de 1878 estabelecia que os negros só poderiam estudar à noite. Assim, no formato político-social, econômico brasileiro, é visível que historicamente no campo legal houve uma postura de concordância com a discriminação e o racismo. Esta

⁶ Matilde Ribeiro é Ministra Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR – criada em 21 de março de 2003.

atitude mantém-se ativa, dificultando o acesso e permanência da população negro-descendente nas escolas.

Ribeiro (2004:7-8) diz ainda que, pessoas negras têm menos anos de estudos que pessoas brancas, sendo 4,2 para negros e 6,2 para brancos. Entre 14 e 15 anos o analfabetismo é 12% maior entre negros do que em brancos na mesma situação. No mercado de trabalho, 40.5% das crianças negras na faixa etária de 10 a 14 anos trabalham, contra 15% de crianças brancas dessa faixa etária que se encontram na mesma situação.

A população negra deserdada foi sendo cada vez mais empurrada para longe dos centros urbanos. Tratava-se de uma manobra governamental para tornar invisível os vestígios de uma estrutura social decadente, que não só deixava à mostra um sistema econômico desigual e perverso, mas, sobretudo, descartava um contingente que já não interessava, por tratar-se de mão-de-obra ultrapassada.

Destes argumentos, pode-se considerar que a segregação racial no Brasil é um fato histórico. É incontestável que a população de maioria negra vive nas favelas e nos guetos urbanos. Edward Telles (2003) cita o comentário de um sociólogo brasileiro que não foi por ele nomeado, o qual teria afirmado numa discussão sobre as raças e as cidades, que não há no Brasil segregação racial, mas sim de classe social, pois não existe qualquer determinação ou imposição legal quanto ao direito do negro de habitar em qualquer grupo populacional.

O poder aquisitivo é que seria determinante nessa questão. Portanto a distribuição populacional nas áreas urbanas é aleatória.

O sociólogo afirmou ainda que essa característica de distribuição populacional nas cidades, apontando a maioria negra vivendo em bairros pobres e a branca em bairros de classe média e alta, dá-se por conta de ser o contingente negro, o mais pobre. O referido sociólogo defende que a segregação norte-americana dá-se por imposição jurídica, o que não ocorreria no Brasil. Essa concepção se alinhava fortemente à crença de democracia racial brasileira que teve origem a partir de 1950.

O discurso do sociólogo ao qual Telles se refere, propõe a não existência de uma divisão racial nas cidades brasileiras. Telles aponta que para Massey e Denton (1994 *apud* TELLES, 2003) a segregação entre negros e brancos norte-americanos produz uma ação de *apartheid* a partir da rígida e freqüente discriminação contra negros, produzindo uma posição de maior desvantagem social dessa população “[...] e inclusive alimenta estereótipos, identidades adversas e a formação de uma subclasse” (TELLES, 2003, p.163). A partir desse raciocínio estaria compreendida a questão da desigualdade residencial, derrubando-se o conceito de desigualdade racial.

No entanto, ainda que no Brasil não se viva a segregação racial da mesma forma que nos Estados Unidos, ser negro não se torna por conta disso um fator irrelevante dentro das avaliações acerca das questões urbanas neste país.

Nesse sentido, Telles propõe desconsiderar a suposta democracia racial e interpretar a segregação no Brasil a partir de um olhar voltado aos reflexos da sua história. Essa seria uma análise em direção oposta à utilizada para avaliação da segregação norte-americana e africana, pois estas são baseadas em regulamentos e leis.

A pesquisa de Telles aponta as regiões Sul e Sudeste do Brasil com relativo maior desenvolvimento econômico. A população negra estaria concentrada em regiões menos desenvolvidas. Menciona o autor, que “O censo de 2000 revela de forma geral que, 73% de brancos, 54% de pretos e apenas 37% de pardos vivem nessas duas regiões” (TELLES, 2003, p.164).

Em meados do século XIX desencadeou-se um processo de emigração européia, tendo esses emigrantes se estabelecido em sua maioria, no Sul e Sudeste do Brasil. O número de não brancos diminuiu consideravelmente nessas regiões nos anos de 1890 a 1950. De 1872 a 1890, houve um aumento na proporção de mulatos de 34 para 40%, à partir do aumento das probabilidades de trabalho na produção de café na região Sudeste.

Outro dado apontado por essa pesquisa é que não foi esse aumento de demanda de trabalho na produção cafeeira, o que ativou a grande imigração da população não branca para a região Sudeste no século XX. Ela se deu a partir dos anos 1950, com uma explosão migratória vinda da região Nordeste, dirigindo-se para as regiões do Sul do país. Segundo Telles, a partir daí aumenta de 60% a proporção de negros em ambas as regiões ao Sul do país e, entre 1960 e 1980, aumenta de 33 para 37% a proporção dos considerados pardos.

Telles aponta que não foi a industrialização no Brasil, mais precisamente nas regiões do Sul do país, o desencadeador de um processo migratório que estabeleceu uma nova ordem de urbanização e composição racial no país. Alegando não ser clara a segregação racial brasileira, Telles busca respostas a partir de dados mensuráveis, objetivando a interpretação dos indicativos segregacionistas como um efeito da história. Com o declínio da economia industrial entre 1980 e 2000, novamente há um êxodo urbano, provocando a saída de negros e brancos das regiões do sul do país e aumentando o número de pardos. Contudo, a distribuição espacial de negros e brancos continua desigual como no século anterior.

Telles baseia-se na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio⁷ de 1999, para comparar os períodos de 1960 a 2000, informando que, se no início desse período 51% dos

⁷ Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicilio (PNAD), órgão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), criado desde 1967.

brancos, 43% dos negros e 37% dos pardos viviam em áreas urbanas, no final do período, 84% dos brancos, 80% dos negros e 74% dos pardos, viviam nessas áreas. Comprova ainda que a maioria das pessoas independentemente da cor, vive nas áreas urbanas, porém a constituição populacional das áreas urbanas ainda é tão desigual como a composição das regiões do país onde elas estão situadas.

Pelas pesquisas de Edward Telles, o Estado de São Paulo concentra nos distritos do centro, que são considerados de classe média uma predominância de brancos; a grande maioria da população negra está situada no primeiro limite e nos limites mais afastados da periferia.

No caso do Estado do Rio de Janeiro a maior concentração de brancos se encontra numa pequena área chamada Zona Sul, composta pelos bairros do Flamengo, Botafogo, Copacabana, Ipanema, Leblon e Gávea. Os subúrbios são as áreas de predominância negra, como a Baixada Fluminense. É importante frisar que embora as favelas próximas do centro sejam mais conhecidas, são os subúrbios que detêm as populações mais pobres do Rio. Telles então compara que no Rio e em São Paulo, os brancos se concentram na região central desses distritos, embora se perceba que há no Rio de Janeiro, uma concentração maior, de negros longe dos centros.

O autor argumenta ainda que a segregação racial pode ser consequência tanto de uma economia perversa do racismo no mercado imobiliário, quanto do fator etnicidade. Segundo Telles, Pierson (1942), em seus apontamentos a partir de seus estudos feitos sobre Salvador, percebeu “[...] que a cor da pele dos residentes variava segundo a qualidade dos bairros” (TELLES, 2003, p.173). Segundo ele as áreas mais pobres e mais populosas concentravam, na sua maioria, negros, mulatos de pele escura e uma pequena minoria de mulatos de pele clara, enquanto que os brancos e também mulatos de pele mais clara concentravam-se nos bairros de classe média. A partir daí, sua interpretação de segregação residencial em Salvador se dá pela cor, apesar de afirmar a coincidência entre classe e cor.

Telles comenta que pesquisas feitas pela Unesco detectam que uma porcentagem de brancos revelou não estar disposta a conviver com negros e mulatos em sua vizinhança. Por outro lado, pesquisas feitas por Turra e Venturi (1995, p.56), relatam pouca resistência de brancos na probabilidade de ter negros como vizinhos, além de uma comprovação percentual de 93% de brancos e 94% de pardos, expressarem não se importar se várias famílias de negros se mudarem para seus bairros.

No entanto, o autor adverte que é preciso ter cuidado com relação a dados de opinião como medidor dos níveis de racismo no Brasil, pois essas opiniões podem estar influenciadas pela crença da democracia racial. Na verdade há relatos vulgarmente batizados como

elevador de *apartheid* como exemplo de discriminação residencial, referindo-se ao constrangimento a que vários negros de classe média enfrentam, quando visitam amigos brancos de classe média e são orientados pelo porteiro desses edifícios a se conduzirem ao elevador de serviço.

A pesquisa, por outro lado, aponta que não existe qualquer estudo que comprove a segregação residencial como consequência de uma discriminação no mercado imobiliário.

Em contrapartida, possivelmente o isolamento da população afro-descendente de Salvador propiciou uma afirmação identitária peculiar na cidade, por conta de conservar e cultivar as matrizes africanas como referencial. Assim, pode-se inferir que a segregação residencial é igualmente causa e consequência de uma grande identificação étnica, a exemplo do bairro da Liberdade.

Esta situação permitiu o surgimento de quilombos urbanos onde os negros de Salvador conquistaram a liberdade de exercer suas práticas culturais, referendadas nas matrizes africanas e refletidas num padrão de comportamento, de crença religiosa e de manifestações artísticas, como atitudes de resistência e de presença num espaço urbano ainda sob o domínio de uma pequena elite colonialista.

A matriz cultural africana em Salvador é visível em seus signos espalhados pela cidade, e se revelam nas manifestações culturais que foram incorporadas na prática cotidiana urbana, mas apontam também para a verdadeira condição econômica de uma população afro-descendente periférica, que não tem acesso aos benefícios dessa semiologia. Esses signos afro-baianos continuam sendo produzidos e mantidos no que é possível denominar-se de quilombos urbanos contemporâneos, reforçando a cada dia essa identificação étnica numa população isolada política e economicamente do universo “ariano” soteropolitano.

A mistura racial nas famílias é outro forte fator da não implementação dessa segregação de maneira contundente, “[...] mas uma concentração por região e por classe das pessoas de cor leva a uma variada experiência de interação racial nas áreas urbanas do Brasil” (TELLES, 2003, p.182).

A partir de todos esses argumentos é possível compreender que existe segregação em Salvador e ela se expressa fortemente nas classes médias onde se concentra a grande maioria da população branca, com poucos vizinhos negros. Nesse sentido seria mais difícil acontecer uma interação, estando os negros nesse âmbito em grande desvantagem social; por outro lado, nas áreas urbanas onde se concentra o maior número da população negra e parda, a possibilidade da interação é maior, onde mais frequentemente acontecem, por exemplo, os casamentos e as amizades inter-raciais.

É exatamente nesses quilombos urbanos que vivem os jovens da Fundação Cidade Mãe e que trazem consigo todas as características encarnadas dessa segregação e desse viver marginal dos encantos dos cartões postais dessa tão linda Cidade de Salvador.

1.3 OS HERDEIROS DOS QUILOMBOS URBANOS

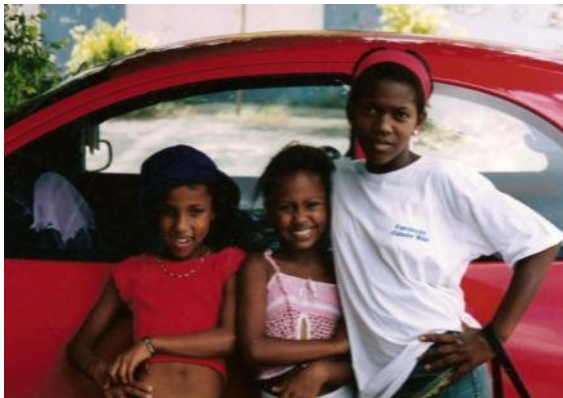


Ilustração 1 – Alunas da oficina de dança da Empresa Educativa de Roma – Fundação Cidade Mãe 2004. Foto: Luis Batista

A concentração populacional, descrita no item anterior, está situada à margem de um sistema social que em princípio deveria atendê-la igualitariamente. Todos deveriam ter acesso aos serviços públicos independentemente do local de sua residência.

Há um processo histórico de manutenção da pobreza a partir de uma ação sistêmica que cria impedimentos velados para a acessibilidade dessa população às oportunidades de crescimento. Na contemporaneidade, essa situação é mais drástica, pois o avanço tecnológico impossibilita a ascensão social política e econômica àqueles que não têm o domínio das novas e caras tecnologias.

No sistema brasileiro, assim como em todo o sistema capitalista, desde a sua origem o sujeito é qualificado ou desqualificado a partir de sua situação econômica. Isso promove, inevitavelmente, um processo de exclusão. Segundo Vêras esse formato excludente se agravou no período da ditadura militar, sendo os anos de 1960 e 1970, o período forte do êxodo rural.

Cada homem vale pelo lugar onde está. O seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território [...] A possibilidade de ser mais ou menos cidadão, depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está (SANTOS, M. *apud* VÉRAS, 2004, p.32).

Segundo Vêras o capitalismo produz populações marginais⁸ através de uma relação econômica e sociológica regida pela acumulação. Essa é a população herdeira dos quilombos

⁸ O termo **marginal**, nesse texto, é posto a partir de uma progressão conceitual que começou no Brasil nas décadas de 1960 e 1970, referindo-se ao êxodo rural de camponeses para os grandes centros urbanos, o que provocou uma expansão desordenada da urbanização capitalista. O conceito de marginalidade foi ligado à pobreza vigente. Para Vêras (2004), as discussões sobre o conceito de marginalidade estão sendo retomadas e

urbanos e que está afastada da cidadania, através de uma ação social rotulante que, para Vêras (2004, p. 38) “[...] empurra as pessoas, os pobres e os fracos para fora da sociedade, para fora de suas ‘melhores’ e mais justas e ‘corretas’ relações sociais, privando-os dos direitos que dão sentido a essas relações.”

A autora aponta ainda uma contradição quando afirma que

de fato, esse movimento está empurrando esses sujeitos para ‘dentro’, para a condição subalterna de reprodutores mecânicos do sistema econômico, reprodutores que não reivindicam nem protestam em face de privações, injustiças e carências (MARTINS, 1997 *apud* VÉRAS, 2004, p.38).

É possível inferir dessa afirmação que o termo **exclusão** foi concebido como forma expressiva das contradições do sistema capitalista. Boaventura de Souza Santos (1995, *apud* VÉRAS, 2004, p.37) ressalta que estar incluído significa “estar dentro”, mesmo que de maneira desigual. O autor comenta ainda, que o capitalismo possui contradições num sistema social que é desigual, onde sujeitos de todas as classes estão inseridos no que ele chama de “esfera produtiva”. Isto significa que, aparentemente, todos estão integrados neste sistema e têm os mesmos referenciais. No entanto, chama atenção para o conceito de diferença, partindo do princípio de que na sociedade atual há uma homogeneização do sujeito, considerando que o ator social fora desse padrão de referência estabelecido, torna-se protagonista de um processo de exclusão (SANTOS, B. 1995 *apud* VÉRAS, 2004, p.36).

Santos afirma ainda que, os princípios de combate à exclusão e à desigualdade, podem ser universalistas ou diferencialistas a partir de um enfoque que confronta as relações sociais com a noção de Estado que ele chama de “Estado Providência” ou “Estado Mínimo”. (SANTOS, B. 1995 *apud* VÉRAS, 2004, p. 36-7). Assim os adeptos do universalismo na defesa do “Estado Providência”, negam as diferenças buscando a homogeneização com base no princípio da cidadania e da igualdade abstrata.

No entanto, para Santos (1995 *apud* VÉRAS, 2004, p.37) isso não efetivou o êxito da obtenção de igualdade no que tange ao acesso a serviços sociais, deixando exposta uma lacuna social que transparece no cidadão com direitos virtuais. Nesse sentido há um faz de conta de que a igualdade para todos é efetiva, embora, nem sempre as análises históricas, sociais ou econômicas consigam explicar

acrescidas de novos componentes. Segundo José de Souza Martins (*apud* VÉRAS, 2004), fala-se hoje de uma “nova pobreza”.

o que é que faz com que em sociedades que cultuam valores democráticos e igualitários, as pessoas sejam levadas a aceitar a injustiça, a adotar ou tolerar frente àqueles que não são seus pares ou como eles, práticas de discriminação que os excluem? (JODELET, 2004, p.54).

Para Denise Jodelet (2004) a exclusão pode ser interpretada a partir de um comportamento social que desconsidera o outro, onde a ação solidária é rompida. A psicologia social segundo a autora compreende a exclusão pelo nível das interações entre pessoas e grupos que delas são agentes ou vítimas. A autora afirma ainda, que essas relações interpessoais ou intergrupais traduzem-se numa atitude segregatória, produzindo o afastamento e mantendo a distância. Apresenta o exemplo da marginalização no qual o indivíduo é mantido à parte de um grupo, uma instituição ou corpo social e de uma atitude discriminatória que se dá através do fechamento do acesso a certos bens ou recursos, papéis ou *status*.

Para Jodelet a contribuição da psicologia social nesse sentido, vem através do estudo analítico das relações sociais e suas diferentes formas de exclusão, na busca da revelação das marcas deixadas por esses processos nos sujeitos.

Para supor uma ação excludente pressupõe-se a existência de um laço social perverso nas relações entre os sujeitos. Segundo a autora, pensando ainda nas “exclusões socialmente produzidas”, termo por ela adotado, a psicologia social não confronta a interpretação psicológica com a sócio-histórica, cultural ou econômica; tenta ao contrário, compreender como as pessoas ou grupos distintos em suas especificidades são enquadrados em categorias “fora ou dentro”, partindo de uma correspondência com o padrão hegemônico socialmente estabelecido e aceito.

Para Jodelet, a psicologia social investe no sentido de compreender a relação das “dimensões ideais e simbólicas e os processos psicológicos e cognitivos que se articulam aos fundamentos materiais dessas relações” (JODELET, 2004, p.53-54). Essas mesmas dimensões e processos são avaliados no espaço funcional em que as pessoas ou grupos constroem essas interações. Nesse contexto, seguindo com o raciocínio da autora, conceitos elaborados no campo cognitivo psicossocial como estereótipo, discriminação, preconceito, identidade social, são reavaliados à luz dessa psicologia social.

Ricos e pobres convivem com a violência social nas áreas urbanas das cidades, porém de maneira diferenciada. As favelas e as invasões representam fisicamente a expansão territorial da pobreza e da miséria que, explodindo o impressado cotidiano, atravessa seu território imposto e invade áreas urbanamente projetadas para atender as classes privilegiadas, formando então, guetos e bolsões de grande dimensão arquitetônica. É a arquitetura de uma

sociedade que promove internacionalmente uma imagem de convívio humano e social harmonioso e igualitário, através da propagação da existência de uma democracia racial no país, mas, que não pode esconder a sua desigualdade, a partir também da evidente arquitetura das desigualdades. O contraste de miséria e opulência visibiliza a convivência tão próxima entre a riqueza e a pobreza. Uma não pode ignorar a existência da outra.

Se a riqueza é aparatosa e gosta de exibir seu luxo, a pobreza não pode esconder-se, atravessa os limites dos bairros pobres e chega às ruas bem comportadas, às avenidas, às pontes e viadutos, às marquises dos edifícios grandiosos. Terrenos vagos à beira dos rios e das estradas são locais escolhidos para habitação e vão se transformando em imensas favelas, tão visíveis quanto os prédios rutilantes da riqueza e do capital (MELLO, 2004, p. 133).

Nesse sentido a equação exclusão = inclusão, é sustentada pelo fato de não haver no Brasil um processo de segregação oficial, citado por Telles (2003), donde poderia se supor que todas as classes podem estar em todos os espaços da cidade. Porém, o cerne da questão é a forma como aí estão situados.

Sílvia Leser de Mello (2004) ratifica essa afirmação, exemplificando que tanto ônibus lotados quanto carros de luxo com um único passageiro, transitam nas mesmas vias. Prossegue dizendo que não é preciso possuir renda para freqüentar todos os lugares da cidade, porém a maneira de freqüentar terá sua especificidade de acordo com as posses e o *status* de cada sujeito ou grupo social, (MELLO, 2004, p.133). Esta forma de acesso irrestrito à informação e aos bens de consumo incute nas classes desfavorecidas a idéia de que também podem usufruir das mesmas condições. Por essa razão, a demarcação relativizada entre ricos e pobres, produz nestes últimos, um sentimento de não reconhecimento de seu *status* social.

Segundo Martins (1997 *apud* VÉRAS, 2004, p. 39) “O discurso redutor do caráter redentor da pobreza digna já não comove nem convence”. Parece haver uma condenação irremediável à pobreza, vindo de uma política econômica que produz uma inclusão precária e marginal, sendo esse fato observado na crise do **Estado Providência** que não consegue suprir as necessidades de acessibilidade igualitária a todos produzindo um sujeito de direitos virtuais. Esse fenômeno acontece numa instância coletiva que induz à existência de uma mentalidade democrática e, nesse caso o cidadão passa a ser visto como responsável pela sua própria exclusão.

Véras (2004, p. 37) cita que nessa direção, Boaventura de Souza Santos (1995) afirma que estar incluído significa estar dentro – ainda que numa posição desigual – ao tempo em que estar fora é ser diferente – é recusar submeter-se às normas homogeneizadas. Martins

(1997 *apud* VÉRAS, 2004, p. 39) aponta que “no Brasil, as políticas econômicas atuais, que poderiam chamar-se de neoliberais, acabam por provocar, não políticas de exclusão e, sim, políticas de inclusão precária e marginal”.

É possível entender então, que a sociedade brasileira nasceu com excluídos, partindo de uma mentalidade que dizimava a todos que não se submetessem às normas hegemônicas vigentes. Numa permanente manutenção dessa ação, infere-se haver uma nova desigualdade social, que para Vêras (2004, p. 39) precisa ser analisada através de uma “fenomenologia dos processos sociais excludentes”, onde as relações marginais continuam sendo reproduzidas, além de desencadear uma mentalidade ideológica dentro de um sistema capitalista e global, que propaga a igualdade de todos e o acesso à cidadania.

Vêras (2004, p. 39) cita Martins, que ratifica esse argumento, dizendo que:

[...] através do mesmo toque de televisão, há a capacidade de transportar-se o favelado e o milionário, simultaneamente, ao mesmo mundo fantasioso e colorido das ficções da comunicação de massa, permitindo certa unificação ideológica, apesar da desigualdade material e evidentemente esse processo resvala nos herdeiros dos quilombos urbanos, que são os herdeiros de uma herança produzida na construção de uma sociedade já desigual na sua origem, perpetuando assim uma vida comprometida em sua humanidade, em seu sentimento de pertencimento, em sua incapacidade de ser e de poder ser cidadão. (MARTINS, 1997 *apud* VÉRAS, 2004, p. 39).

O que se percebe então é um Brasil partido e dividido em duas caras situadas em lugares bem distintos. Há um Brasil classe alta e classe média, residente nos bairros nobres das cidades e um Brasil pobre residente nos morros, favelas e periferias dessas mesmas cidades. Hélio Santos (2003:181-82) fala em dois *Brasis* fazendo referência a um fenômeno chamado assimetria que os especialistas denominam como as diferenças sociais do país. Para esses especialistas, assimetria é uma ausência de harmonia na situação social do país, ou seja, a super abundância convivendo ao lado da absoluta escassez de tudo. Para Hélio Santos, esses estudiosos reconhecem a assimetria, mas não penetram na questão étnico-racial que a envolve.

O citado professor afirma que obviamente as pessoas não conseguem ver, por terem seus olhos e consciências comprometidos com a realidade a qual estão acostumados. Existe uma invisibilidade latente nas questões étnico-raciais de um país miscigenado, como é o caso do Brasil. Ele aponta que a diferença entre esses dois *Brasis* é acentuada na economia e nas questões sociais, no entanto paradoxalmente, encontram-se numa vivência cultural que quase os unifica. A maneira como a população vive essa cultura também guarda as suas diferenças. Essa idéia ilusória de harmonia é favorecida, como diz Hélio Santos, em situações bem

especiais – onde as pessoas desses dois mundos se fundem no carnaval e no futebol – porém a separação é efetiva no cotidiano dessas pessoas.

Hélio Santos afirma ainda que desses dois *Brasis*, um deles poderia ser perfeitamente confundido com um país europeu. No primeiro Brasil temos uma população de maioria branca e amarela e no segundo, mais pobre e atrasado, está uma população marcadamente de não-brancos⁹ com uma predominância de pretos e pardos. Faz também referência aos remanescentes indígenas como habitantes desse segundo Brasil.

A compreensão de nossa realidade étnico-racial, para Hélio Santos (2003:19), provoca o desvelamento de um espírito auto-suficiente porque se conhece, se entende e se encontrou. Isto provoca nesse sujeito desconhecido, ignorado e invisível, inclusive para si mesmo, uma transformação num sujeito visto, enxergado, existente, primeiro para si, depois para o mundo.

Conhecer nossa realidade étnica e racial é de fundamental importância para deciframos um país sofisticadamente dissimulado como o Brasil. Aprender a desvelar os quase códigos secretos que envolvem a questão racial pode mudar radicalmente a vida de uma pessoa. Inúmeras foram as vezes em que testemunhei essa mudança. E mais: tais mudanças acontecem, sempre, para melhor – da água para o vinho, como se diz. (SANTOS, H., 2003, p.19).

A esse respeito é importante citar Ubiratan Castro, ex-Presidente da Fundação Palmares. Ele diz que o projeto colonial no Brasil estruturou um formato hierárquico onde existem os que mandam e os que obedecem, estruturando o racismo e conseqüentemente suas ações preconceituosas, como questões sociais que estão dentro de uma normalidade de um sistema que já nasceu a partir da desigualdade de direitos.

Racismo social é apenas uma forma de reconhecer que as funções sociais estão ligadas à cor da pele, num país onde o trabalho é determinado pela cor da pele. Não é a posição social que determina o racismo, mas, ao contrário. O Brasil foi feito pela intervenção de vários matizes raciais, sendo que o negro teve destaque preponderante nessa construção, mas foram desfibrados na sua humanidade. Ao mesmo tempo, na construção de uma sociedade escravista houve luta e resistência dos mais oprimidos e a partir de uma ação colonialista, nossa história ainda é contada pelo lado dos vencedores [...] e os próprios professores não aprenderam ainda que resignificar é importante. O movimento negro nos anos 70 se diferenciou de uma cultural geral. Perceberam que a luta política não era suficiente então partiram para a luta contra a desigualdade, resignificando a negritude no Brasil.¹⁰

⁹ Hélio Santos utiliza a expressão não-brancos como negros e mestiços de matriz negra.

¹⁰ Entrevista concedida pelo ex-Presidente da Fundação Palmares Ubiratan Castro ao ator Lázaro Ramos, no programa Espelho exibido em 08/03/2007, Salvador: TVE.

Frases como “cabelo ruim” e “cabelo bom” referindo-se respectivamente a cabelo duro e cabelo liso, preto de alma branca, barriga limpa – para mulheres negro-descendentes que têm filhos de pele muito clara. E muitas outras frases que carregam em seu significado uma ideologia preconceituosa e racista, por associarem uma ação ou imagem negativa a um determinado seguimento étnico, estão no cotidiano brasileiro dentro de uma normalidade aceitável. A própria palavra denegrir que é utilizada com o significado de manchar ou infamar, também carrega o sinônimo de enegrecer (FERREIRA, 1993:165), onde mais uma vez a referência ao que é negro está associada ao negativo. Mas, quantos de nós usualmente utilizamos a palavra denegrir para expressarmos uma coisa negativa sem pensarmos nessa associação?

Esta é a herança dos que habitam os quilombos urbanos que sofreram alterações na histórica organização brasileira patriarcal e na distribuição das formas de trabalho familiar. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, na região metropolitana de Salvador 40% dos lares é comandado por mulheres, sendo que 25,9% cuidam sozinhas de suas famílias. Salvador possui o maior contingente de mulheres chefes de família, no país, o que equivale a 42% das famílias brasileiras. Um dos motivos apontados está na migração dos homens em buscar condições melhores de trabalho em outras regiões do país; outro motivo refere ao abandono paterno em número significativo¹¹.



Ilustração 2 – Quilombo Urbano – Bairro de Alagados, Salvador-Ba, 1999.
Foto: Luis Batista

Isso resulta numa organização familiar, encontrada nos quilombos urbanos, distinta da prevista em nossos códigos legais, tanto no que se refere às mulheres quanto às crianças e adolescentes, apesar dos Direitos e Delegacias da Mulher e do Estatuto da Criança e do Adolescente. Há uma questão de direito e uma questão de fato e isso vai implicar diretamente na educação e nas contradições desses contingentes com a sociedade na qual estão inseridos.

¹¹ Estatística apresentada no Jornal Bahia Meio Dia, em reportagem dedicada ao Dia Internacional da Mulher. 08/03/2007, TV Bahia/ Rede Globo.

1.3.1 Os meninos e meninas da Fundação Cidade Mãe

A segregação racial, assunto abordado no item 1.3, **Os Herdeiros dos Quilombos Urbanos**, se torna ainda mais visível a partir da segregação residencial apontada no item 1.2, **Os Quilombos Urbanos Contemporâneos**, mostrando em seus aspectos mais transparentes o predomínio da população negra nas áreas mais pobres das cidades. Isso demonstra o quanto essa população é historicamente afastada dos benefícios de um viver mais digno e humano.

Historicamente essa população está condicionada a compreender a si própria fora dos processos de cidadania. A partir desse entendimento é possível apontar algumas questões que surgem como pontos para reflexão para efeito da hipótese levantada nesta dissertação. O que é possível fazer nas oficinas de dança da FCM composta na sua grande maioria de negros e pardos para que consigam descobrir-se e revelar-se enquanto sujeitos portadores de cidadania? Para tentarmos responder a essa questão é necessário entendermos o contexto social vivido por esses sujeitos e seus processos e experiências dentro das Unidades da Instituição.

O contingente populacional da Fundação Cidade Mãe é composto por crianças e jovens oriundos dos bolsões de pobreza existentes na área urbana e suburbana soteropolitana.

O item 1.2, **Os Quilombos Urbanos Contemporâneos**, mostra a partir de dados apresentados por Telles, em qual região encontra-se estabelecida, por contingências históricas, essa concentração de pobreza e, conseqüentemente, todas as questões que daí advêm. Trata-se de uma população sem saída e sem oportunidades. São os herdeiros da desestrutura econômica e social, que tem origem desde o período imperial brasileiro, desestrutura essa que possui sua vitaliciedade ironicamente calçada na hereditariedade familiar.

Para entendermos quem são essas crianças e jovens da Instituição Fundação Cidade Mãe recorreremos ao que foi afirmado neste texto, no item 1.3, **Os Herdeiros dos Quilombos Urbanos**, tendo a pesquisa de Telles (2003), como referência e também nas histórias familiares. Procuramos saber então quem são seus pais e antes deles, quem eram seus avós, bisavós, tetravós, e assim por diante. Inevitavelmente nos perguntamos onde está a história continuada dessas famílias, onde começou, quando começou, de onde se originaram seus nomes. O item 1.1, **A Herança Colonial**, aponta aspectos determinantes na origem desigual da formação social brasileira, que reverbera de geração a geração, uma herança desumana que atinge em cheio a essas crianças e jovens – sujeitos dessa pesquisa.

A dificuldade de acesso aos elementos fundamentais para formação da cidadania provocou a proliferação de famílias cada vez mais pobres; e, se a miséria é o mal do século,

pode-se entender a dimensão disso através do processo de integração global que produz rapidez de desenvolvimento econômico, através também, de um acelerado processo informativo que permite ao sujeito, contato com tudo o que está posto no mundo.

De tudo que foi argumentado surge inevitavelmente, uma questão que busca resposta dentro desse contexto: a quem e para quem serve a globalização? Fundamentalmente ao capital internacional e conseqüentemente a todo um sistema financeiro, político e social que dele se beneficia, como por exemplo, as corporações. Percebemos o crescimento do consumismo e junto o alastramento global da pobreza que atinge profundamente aqueles herdeiros dos quilombos urbanos contemporâneos, que além de não terem efetivamente acesso a processos de desenvolvimento econômico e social, têm destruída sua vontade e força vital.

Nesse sentido acredito que algumas dessas crianças são filhos de pais que desacreditam de si mesmos e sentem-se incapazes de educar e dar limites, passando a outros as responsabilidades que lhes cabem na estruturação desse sujeito cidadão que acaba ficando à margem, à míngua e à sorte de uma estrutura social madrasta, desde os remotos tempos imperiais.

A Fundação Cidade Mãe torna-se uma possibilidade para os pais ou responsáveis verem seus filhos fora das ruas. O próprio movimento de levar seus descendentes (filhos) à Instituição, pode ser uma forma desses pais e ou responsáveis se rebelarem, eles próprios, contra o que lhes foi imposto como condição estrutural de vida dentro do sistema. A ação de levar os filhos para a Instituição, em algumas situações pode ser compreendida como a negação ou a não aceitação por parte daqueles pais ou responsáveis da continuidade de um estado hereditário de miséria para seus filhos, apontando assim, para uma atitude de resistência contra a imposição de um sistema social desigual.

As crianças e jovens da Fundação Cidade Mãe são então, fruto dessa resistência contra uma dominação econômica latente de uns poucos que concentram a riqueza em lugares específicos, tirando assim, a possibilidade de igualdade para todos.

Segundo Mariângela Belfiore Wanderley em seu texto **Refletindo Sobre a Noção de Exclusão** “[...] a pobreza e exclusão não podem ser tomadas simplesmente como sinônimos de um mesmo fenômeno, porém estão articuladas[.]” (WANDERLEY, 2004, p. 21). E continua trazendo quatro conceitos de exclusão extraídos em princípio da fonte literária francesa contemporânea de diferentes matrizes psicológicas e sociológicas. São eles: a Desqualificação, a Desinserção, a Desafiliação e a Apartação Social. Por se tratar de assunto polêmico, estão estes conceitos assim enunciados por Wanderley:

Wanderley ressalta o trabalho como fator contemporâneo da inserção social. É através do trabalho que o indivíduo se torna inserido nas categorias sociais. A tecnologia avança no sentido de criar cada vez mais formas de se produzir trabalho através da máquina, desencadeando em contrapartida um contingente humano “desnecessário ao universo produtivo, indivíduos descartáveis” (WANDERLEY, 2004, p.25).

No período compreendido entre 1960 e 1970, pesquisadores e intelectuais, através de seus estudos buscavam compreender o fenômeno dos favelados (surgimento das favelas) e a migração para as regiões sul e sudeste de nordestinos, que denominavam de **excluídos** nas cidades.

Com o aumento da pobreza e da recessão econômica, a partir de 1980 há uma maior atenção para as questões da segregação urbana, da cidadania, do declínio das políticas sociais, dos movimentos e lutas sociais. Este contexto vai incentivar o aparecimento de políticas públicas contemplando a infância e os jovens que passam a entrar para o âmbito das preocupações dos governos.

O movimento dos Sem Teto expõe uma ferida social expressa no nomadismo imposto por um sistema capitalista predatório. Políticas urbanistas privilegiam interesses nascidos em remanejamentos territoriais, imobiliários, urbanísticos, obras públicas, despejos, eclodindo um sistema de circulação. Isso significa que por vezes, os moradores de favelas, invasões ou locais de grandes redutos de pobreza, são obrigados a sair dos lugares onde moram provocando o que Vêras chamaria de “nomadismo sem direito as raízes” (2004, p. 33) Sendo assim “a cidadania [...] é também o direito de permanecer no lugar, no seu território identitário, o direito a seu espaço de memória” (VÉRAS, 2004, p.33).

As crianças e adolescentes da Fundação Cidade Mãe estão inseridos dentro desse panorama social, absorvendo todos os problemas de uma população que vivencia os processos de exclusão a partir do espaço territorial onde estão inseridos, como favelas, cortiços, loteamentos clandestinos, entre outros. Milton Santos comenta em seu livro **O espaço do cidadão**. “Cada homem vale pelo lugar onde está. O seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território” (SANTOS, M. 1987 *apud* VÉRAS, 2004, p. 32).

O *status* de pobreza mostra-se na condição de inacessibilidade aos benefícios dos serviços públicos a que todo cidadão tem direito no seu lugar de moradia e a impossibilidade econômica de se transferir para outro lugar. Nesse sentido Milton Santos (1987 *apud* VÉRAS, 2004, p.33) expressa que “As condições existentes nesta ou naquela região determinam essa desigualdade no valor de cada pessoa, tais distorções contribuindo para que o homem passe literalmente a valer em função do lugar onde vive. Essas distorções devem ser corrigidas em nome da cidadania” (SANTOS. M. *apud* VÉRAS, 2004, p. 112).

Véras (2004) trata a exclusão sob uma ótica multidimensional traduzida no que chama de uma espiral viciosa, refletida no desemprego, na precariedade econômica e social, no baixo nível de participação nas atividades sociais, expressa por Wanderley como ausência de poder. Essa multidimensionalidade também é tratada por Rob Atkinson, professor inglês, indo além do conceito de pobreza compreendido a partir da renda, passando pela exclusão de certos grupos de indivíduos dos direitos de integração social e da identidade, indo além da participação na vida do trabalho, englobando os campos de habitação, educação, saúde e acesso a serviços (ATKINSON, 1998, p. 109). Para Véras o conceito de exclusão é reeditado nos anos 90 partindo da idéia de que essa expressão traz em seu cerne um contexto abrangente, dinâmico e multidimensional, evoluindo sempre para a negação da cidadania ou a não-cidadania de uma parte significativa da população.

Assim, a guisa de conclusão, nesse capítulo fica a constatação que os meninos e meninas assistidos pela Fundação Cidade Mãe e sujeitos dessa pesquisa são os moradores dos quilombos urbanos contemporâneos e deserdados da condição de cidadania. Constituem uma “tribo” no sentido Maffesoliano de elemento coesivo que permite uma forma de partilhar valores, ideais e espaços circunscritos num mesmo território a partir de experiências vividas coletivamente. Estão ligados pelo pertencimento (MAFFESOLI 1988, p.194) responsável por integrar e identificá-los no grupo. É exatamente este sentimento de pertencimento que lhes diferencia de uma verdade universal e lhes projeta num ideal e interesses próprios calcados em saberes localizados e imediatistas. É facilmente identificável que a preocupação do grupo é o presente vivido coletivamente através de relações de sintonia.

CAPÍTULO II

A FUNDAÇÃO CIDADE MÃE

2.1 A ORIGEM, ESTRUTURA ATUAL E ESTRATÉGIAS POLÍTICAS

Em meio ao agravamento dessas questões relatadas e da má distribuição de renda que acelera o processo da violência social instalada no país desde o início de 1990, começam a surgir propostas governamentais e não governamentais em prol de minimizar as diferenças a partir de projetos de investimento na educação e na cultura. É nessa conjuntura que em 1993 surge o Projeto Cidade Mãe na gestão da então Prefeita Lídice da Mata, através das Leis Municipais 5.045/95, 5.245/97 e 5.351/98.

Tratava-se de um governo crítico à oligarquia local com ênfase, na sua plataforma política, em objetivos sociais. Era um governo de oposição liderado por mulheres e isso naquele momento era muito importante, eis que a política baiana ainda estava atrelada a um viés coronelista e patriarcalista que se expressava no culto ao “painho”.

Como o próprio nome anunciava, o Projeto Cidade Mãe era uma proposta ousada que buscava ser mais do que uma estratégia assistencialista, uma ação acolhedora e renovadora de conceitos educacionais e sociais. Torna-se Fundação em 1995, ligada à Secretaria de Desenvolvimento Social-SEDES.

O trabalho social desenvolvido no Brasil, ainda é considerado de menor porte. Neste sentido há uma contradição na Fundação Cidade Mãe, pois se trata de uma Organização Governamental criada por políticos, e assim espera dos poderes públicos um respaldo financeiro para o êxito do trabalho. Mas, ao contrário, o que se percebe é um grande descaso governamental: salários baixos, atrasos nos pagamentos, contratações desrespeitosas que contradizem toda a proposta de desenvolvimento para a cidadania. Por estas razões muitas vezes sua proposta pedagógica de formação para a cidadania não se sustenta quando se trata da valorização do educador, aquele que faz funcionar o processo sócio-institucional. Para aprofundar um pouco mais essa questão, precisamos compreender a mentalidade reinante na máquina estatal, pois aí está o cerne da nossa questão.

Vivemos num sistema preconceituoso que produz todos os dias a manutenção das formas atuais da colonização. Por outro lado a falta de um vínculo com uma prática política de lutas por direitos produz uma população passiva. Segundo Milton Santos,

[...] em nosso país jamais houve a figura do cidadão. As classes chamadas superiores, incluindo as classes médias, jamais quiseram ser cidadãos; os pobres jamais puderam ser cidadãos. As classes médias foram condicionadas a apenas querer privilégios e não direitos. (SANTOS, M., 2006, p. 49-50).

Mesmo com estas contradições a Fundação Cidade Mãe tem vencido seus maiores obstáculos. Hoje se observa que a infância saiu de pauta. Há um esvaziamento do incentivo público aos projetos de atendimento ao contingente infantil de baixa renda. Esse novo foco da política atinge a Fundação Cidade Mãe que não dispõe dos mesmos recursos e verbas necessárias a garantir a qualidade de suas atividades e de suas instalações.

Atualmente é constituída por quatro Unidades denominadas Empresas Educativas¹², instaladas em quatro bairros populares de Salvador: Coutos, Saramandaia, Pau da Lima e Roma, absorvendo um contingente de crianças e adolescentes na faixa etária de 07 a 18 anos incompletos, ainda com vínculo familiar e escolar.

Essas unidades têm uma estrutura organizacional a partir de uma subgerência, com o apoio administrativo de uma equipe contando também, com um quadro de educadores. As Unidades propõem um trabalho de cunho preventivo a partir de duas possibilidades de inserção social e preservação dos vínculos já existentes: Os Cursos de Iniciação Profissional e as Oficinas Artístico-Pedagógicas.

Através das Oficinas de Iniciação Profissional os atores sociais entram em contato com atividades de formação técnica, a fim de adquirir noções práticas de conhecimento com demanda no mercado de trabalho. As atividades artístico-pedagógicas propõem ao jovem através da experiência do conhecimento sensível despertar seu senso crítico e sua relação com a sociedade. Ambas as vertentes desenvolvem uma proposta pedagógica voltada à formação para a cidadania.

Essa pedagogia acontece a partir de uma rede de procedimentos com ações e temas transversais de formação sócio-educativa, tratando de questões que objetivam despertar esse

¹² Empresas Educativas são espaços sócio-educativos, que desenvolvem atividades artístico pedagógicas e de iniciação profissional, como complementação da educação formal de crianças e adolescentes de baixa renda, agindo preventivamente na preservação dos vínculos familiares e comunitários desses jovens. (Fonte: FUNDAÇÃO CIDADE MÃE. **Boletim Informativo**. n.1, maio 2007).

sujeito para uma atitude autônoma e crítica, através do conhecimento de seus possíveis acessos na sociedade na conquista de direitos e deveres.

A Fundação realiza parcerias com unidades que estão situadas em bairros populares de Salvador, como: o Bairro da Paz, Canabrava e Piatã, com a Associação Atlética Banco do Brasil, e Chapada do Rio Vermelho com a Unidade de Cristo é Vida, onde mantém um quadro estrutural com o mesmo formato de suas Unidades. A Instituição também assumiu o trabalho de inclusão social com crianças e adolescentes de baixa renda e portadoras de necessidades especiais, recebendo jovens de diferentes lugares de Salvador, inclusive de Instituições como a Fundação Irmã Dulce, localizada no bairro de Roma.

A Fundação Cidade Mãe também possui três Casas de Acolhimento¹³: Dom Timóteo Amoroso Anastácio, inaugurada em 1995, Casa de Oxum inaugurada em 1996 e Cidadania Solidária inaugurada no ano de 2001, que recebem meninos e meninas na faixa etária de 07 até 14 anos e que normalmente já não possuem vínculo com a família e com a escola, se encontrando, portanto em situação de rua.

Esses meninos e meninas são normalmente encaminhados pelos Conselhos Tutelares e Ministério Público, sendo acolhidos provisoriamente no turno noturno, recebendo alimentação, vestuário e dormida. Com esses jovens a Fundação desenvolve um trabalho voltado para a higiene pessoal, promovendo também, algumas atividades educativas.

A Cidadania Solidária oferece atendimento diurno e atividades sócio-educativas completando o círculo de acolhimento. Essas *casas de passagem* têm como objetivo a reaproximação desses jovens com suas famílias visando sua reinserção social. Uma nova Casa de Acolhimento também será construída no bairro de Roma, para receber jovens de 15 a 17 anos (FCM, 2007).

Outro contingente absorvido pela Fundação é o de adolescentes que cumprem medidas sócio-educativas. A lei 8069/90 trata das Medidas Sócio-educativas em Meio Aberto¹⁴ e consiste na regulamentação do trabalho social de recuperação de jovens infratores. Esta lei está em consonância com o Art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA¹⁵, que enfatiza o direito de toda criança e adolescente à educação visando seu desenvolvimento,

¹³ Casas de Acolhimento são Casas de Passagem que recebem jovens em situação de rua, desenvolvendo políticas de reintegração vincular com a família. (Fonte: Boletim Informativo da Fundação Cidade Mãe / Maio, 2007 / n°1).

¹⁴ Medidas de meio aberto são aquelas nas quais o jovem em conflito com a lei, presta serviços a comunidade e têm a sua liberdade assistida por algum Centro Sócio-educativo.

¹⁵ Art. 53 - A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

preparando-o para a qualificação no trabalho e o exercício da cidadania. Nesse sentido a Fundação atende a estes preceitos legais e, em 13 de julho de 2005, foi inaugurada a Central de Medidas Sócio-educativas – CMSE, da qual a Fundação Cidade Mãe é parceira junto com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC e o Instituto Criança Viva. Desde então a Fundação Cidade Mãe ampliou suas atividades para o atendimento de menores em conflito com a lei, coordenando a execução de medidas sócio-educativas em meio aberto, bem como medidas de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade.

Em sua estratégia política a Fundação desenvolve articulação com lideranças comunitárias, além de criação de projetos em diferentes áreas de atendimento social e, inclusive, da captação de recursos financeiros. Compõe também o Grupo de Trabalho Nacional Pró Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC-GT Nacional) para uma melhor atuação junto ao público das casas de Acolhimento, mantendo ainda uma articulação junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança (CMDCA).

Para atender de maneira funcional as ações e estratégias sociais propostas, a Fundação possui um quadro composto de profissionais e docentes de diversas áreas, entre elas: Assistência Social, Psicologia, Psicopedagogia, Direito e as áreas do Conhecimento Técnico e as áreas Artísticas.

Sua coluna estrutural e administrativa é composta por uma Presidência, uma Chefia de Gabinete ou Vice Presidência, uma Gerência, uma Subgerência de Empresas Educativas e uma Subgerência das Casas de Acolhimento, além de uma ação multidisciplinar junto à comunidade reunindo profissionais das mais variadas áreas.



Ilustração 3 – Fachada da Empresa Educativa de Roma, Largo de Roma s/n. Salvador-Ba. Fundação Cidade Mãe 2004.
Foto: Luis Batista

Assim é possível observar que a Fundação Cidade Mãe cumpre o objetivo de sua proposta implementando políticas públicas municipais que salvaguardam a integridade social da criança e do adolescente de baixa renda, proporcionando a esses atores sociais conhecimentos que vão além de seus direitos e deveres para o exercício de sua cidadania. Nesse raciocínio caminha Hélio Santos, quando aponta que, o conhecimento de si enquanto sujeito cidadão, produz um

sentimento de pertencimento e auto-estima, afirmando que “essa capacidade de se ver a partir de sua existência moral, social e valorativa, resulta numa alegria, numa explosão de beleza estética e espiritual” (SANTOS, H. 2003, p.19).

2.2 A ESTRATÉGIA ARTÍSTICA DA FUNDAÇÃO CIDADE MÃE

A arte nasce da necessidade do ser humano de expressar sentimentos e emoções inexplicáveis verbalmente. Traz a sensação mítica de estar adentrando em um mundo fantástico, impossível de se compreender sem a efetiva liberação de grande dose de imaginação, onde todas as sensações são sentidas e todas as regras são quebradas e o ser humano se torna único. Um ser especial que vê o que está invisível aos olhos. Nesse sentido é possível perceber a dimensão que a arte pode alcançar na vida do sujeito, no sentido de transformá-lo dentro desse processo crítico-estético que provoca uma percepção nova, a partir da ampliação e estímulo do potencial criativo que reverbera em sua vida. Além disso, a arte também pode se constituir como manifestação do desejo e realização do imaginário no sentido da experimentação de sentimentos e emoções contidas.

O resultado artístico nesse contexto é consequência de uma experimentação do sujeito, que é orientado a observar, discutir, analisar e desenvolver um senso crítico relativo ao entendimento do seu contexto sociocultural.

Para Milton Santos (2006), a globalização produz o fenômeno da formação de um discurso único produzido pela diluição das fronteiras culturais universais provocando a perda das identidades. Segundo Stuart Hall (2005:77), este fenômeno produz uma busca identitária, na necessidade de tornar-se visível e único numa sociedade global. Prova disso são as explosões de sentimento étnico que estão acontecendo no mundo inteiro, como o exemplo recente dos descendentes de imigrantes nascidos na França que, reivindicando sua identidade e seu lugar na sociedade francesa, desencadearam manifestações com características de revolta que detonaram uma denúncia de exclusão social jamais pensada na França.

Outro exemplo atual é o mesmo sentimento que assola os imigrantes e seus descendentes Québécoises nascidos em Québec¹⁶, Canadá que também se sentem alijados e excluídos de sua identidade de direito, impedidos de se manifestarem culturalmente.

¹⁶ LAFOND, Jean-Daniel. **Tropique Nord**. Documentário exibido em julho de 2007 na TVE-Educativa. Salvador-Bahia.

O Brasil é um país multicultural e, como já dito, regido por um sistema capitalista que privilegia uma distribuição de renda desigual. Trata-se de uma sociedade cuja concentração do poder econômico é que determina as estratégias da produção artístico-cultural e lucra com isso. Assim é criado o mecanismo de apropriação cultural, transformando e padronizando o que absorve, impondo o custo e determinando quem tem e quem não tem o acesso.

Encontro então nesse contexto populações menos favorecidas que convivem de maneira restrita com a arte ou com uma arte restrita. Seus maiores contatos são com expressões artísticas padronizadas dentro de um modelo comercial que interessa à indústria do entretenimento, a qual não está preocupada em provocar nessa população um comportamento que manifeste questionamentos e contestações.

O resultado é que essa população de baixa renda que realmente produz espontaneamente a cultura vivencia a apropriação do que produz, por uma indústria que tudo transforma em seu próprio lucro.

Essa população não participa dos lucros dessa produção; permanece numa posição social de exclusão, ou melhor, de inclusão desigual, expressão utilizada por Vêras (2004, p.56) para conceituar no Brasil um sistema social contraditório regido por normas aferidas ao capitalismo. Essa situação privilegia uns poucos em detrimento de muitos e restringe o acesso inclusive à tecnologia e ao multiculturalismo global. Os privilegiados conhecem, praticam, aprendem e desfrutam dessa multiculturalidade dentro de um camarote social, porque podem pagar pelos melhores lugares. No caso de Salvador, cidade de grande efervescência cultural, a população de baixa renda torna-se cooptada, sem um pensamento crítico, pelos interesses da indústria do entretenimento.

A Fundação Cidade Mãe, tentando inverter essa situação, propõe apresentar a arte como um passaporte para jovens e crianças acessarem a cidadania a partir de um processo de conhecer, praticar, entender, aprender e avaliar sua cultura. Visa como produto montagens de espetáculos ou exposições reveladoras dos jovens cidadãos.

O objetivo maior pretendido é o desenvolvimento nesse sujeito de uma compreensão de si próprio a partir da criação e do contato com noções estéticas desenvolvendo um senso estético-crítico sobre as peculiaridades e particularidades que o identifica numa sociedade e num mundo hoje globalizado.

A proposta artística da Fundação Cidade Mãe hoje apresenta esta orientação voltada para o desenvolvimento de uma atitude criativa proporcionando à criança e ao adolescente o contato com a dança, com o teatro, a música, a capoeira e as artes plásticas. Essas atividades

são atualmente apresentadas no formato de oficinas, ministradas por educadores que têm como princípio norteador a formação para o exercício da cidadania.

A definição do formato das oficinas foi um passo importante para a proposta artística até então desenvolvida na instituição que desde a sua fundação, apenas em 2004 demonstrou preocupação em construir esta proposta curricular no campo das artes. Isto aconteceu a partir de um curso de capacitação ministrado pelo professor Dr. Raimundo Matos de Leão que propôs uma organização metodológica que retirasse as oficinas de arte da FCM do equivocado lugar do *laissez faire* para lhe atribuir o espaço da realização do desejo e do sonho.

Essa iniciativa possibilitou respostas aos questionamentos que vinham sendo apresentados há muito tempo pelos educadores de arte sobre qual o lugar ocupado pelas artes na proposta pedagógica geral da Instituição?

Foi surpreendente para os organizadores daquele curso, perceberem que, por iniciativa própria, uma metodologia em arte já estava sendo aplicada pelos educadores da instituição. Isto significa que os docentes estavam à frente dos conceitos educacionais em arte, que vinham sendo definidos pela FCM.

A partir das novas metas definidas em 2004 as oficinas passaram a ter como objetivo promover junto a estes jovens, experiências criativas visando desenvolver habilidades e conhecimentos das manifestações culturais, buscando a partir desses contatos o fortalecimento das referências identitárias que propiciam ao sujeito o entendimento de si percebendo o lugar que ocupa na sociedade. Neste sentido a arte funciona como “alfabetizadora estética” (PORCHER *apud* LEÃO, 2004, p.40), suscitando o que Ana Mae considera (*apud* LEÃO, 2004, p.43) uma “qualidade de vida mais elevada”¹⁷.

Infelizmente é inevitável constatar que, apesar de tudo, a arte na Instituição ainda está situada no lugar por excelência do entretenimento. Cabe perguntar, porém, por que o sonho desses jovens é dimensionado apenas para o entretenimento? Porque a ação social desenvolvida entre eles através da arte não os estimula a alçar vôos de maior envergadura? Por que às artes, à capoeira e aos esportes é dado um caráter só “ocupacional” e que despreza o poder que têm as diferentes formas de expressão artística de reparar a dor, de permitir superar as dificuldades, de serem, finalmente, promotores de resiliência?

Provavelmente a resposta está na própria formulação da pedagogia artística da FCM pautada ainda no modelo da educação oficial que não reconhece o potencial existente na arte para

¹⁷ Louis Porcher e Ana Mae Barbosa são citados por Raimundo Matos de Leão em seu artigo Arte no Espaço Sócio-Educativo – Uma Proposta Pedagógica para Crianças e Adolescentes, na publicação Construindo Cidadania – Proposta Pedagógica da Fundação Cidade Mãe.

a formação do indivíduo no que tange a uma potencialização de sua ascensão social a partir do ensino profissionalizante em arte. Por isso não contempla a possibilidade da via de concretização do sonho do jovem vir a ser um artista profissional. Outra questão é ressaltar o aspecto da resiliência, pois é condição indispensável para superar dificuldades e situações traumáticas.

A professora Maria Ângela Mattar Yunes (Resiliência e educação. Tavares, Jorge. São Paulo. Editora Cortez, 2001:14) cita que a palavra resiliência, relativa às Ciências Sociais e Humanas, vem sendo utilizada há poucos anos. Afirma que seu uso no Brasil limita-se ainda a um grupo restrito de alguns círculos acadêmicos. Diz ainda, que poucos profissionais das áreas de Psicologia, Sociologia ou Educação, conhecem o uso formal ou informal dessa palavra. Porém, profissionais das áreas de Odontologia, Física e Engenharia revelam conhecimento desse conceito relativo à capacidade de resistência de materiais. Assim, a palavra resiliência é a identificação de uma atitude ou pessoa, enquanto resiliente ainda é algo passível de estudos e considerações.

Tive contato pela primeira vez com a palavra resiliência, numa capacitação na FCM, no ano de 2004, intitulada “A questão da Infância e da Juventude no Brasil Contemporâneo e a Ação do Educador Social”, sendo uma das comunicadoras a professora Sônia Maria Rocha Sampaio, que desenvolveu o tema “Resiliência e Redes de Apoio Social”. Naquele período, havia um desconhecimento dos conceitos trazidos naquela capacitação, referentes à resiliência e suas áreas de aplicação. Hoje sinto necessário afirmar em meu texto, a atitude resiliente como mais um elemento desencadeador de uma reação, dentro de uma estrutura interdisciplinar de ações que mobilizam o sujeito, residente dos quilombos urbanos. Não pretendo aprofundar nesta dissertação minhas considerações sobre resiliência, apenas pontuá-la como um elemento provocador de uma atitude mobilizadora, condição indispensável como citado acima, para superar dificuldades e situações traumáticas, nesse que aqui é citado como cidadão dançante.

Boris Cyrulnik (2001:15-16) aponta que para se causar um trauma é preciso bater duas vezes. Na primeira pancada a vivência no real provoca a dor da ferida ou a carência – esse momento se inscreve na história do sujeito, e é gravado na memória. Na segunda pancada, na representação do real nasce o sofrimento. Quando a situação traumática passa, as coisas não estão resolvidas, a ferida está ali inscrita, é preciso reaprender a viver, reajustar, recomeçar.

Então, o segundo momento diz respeito ao que fazer a partir do trauma, a partir da situação vivenciada. Há que se perguntar, e agora? O que fazer com isso? Viver na dor ou continuar, refazer? Lamentar todos os dias ou procurar viver outra vida? Nesse sentido se a escolha é refazer, reconstruir, é preciso lentamente cicatrizar a primeira ferida no corpo, na

memória. E na segunda pancada para atenuar o sofrimento da situação vivida, é preciso alterar a idéia do acontecido, procurar outro ângulo, refazer a maneira de olhar, rever a representação que se tem daquela situação ou fato que causou o sentimento de infelicidade. A transformação da representação do real se dá com a cicatrização da ferida real.

A ação resiliente não parte de um conceito concreto, definitivo, pois, uma atitude de sobrevivência tem muitos pontos de partida como referência. Os recursos internos que moldam o temperamento de um indivíduo podem levá-lo a uma atitude resiliente.

Cyrułnik traz em seu texto que qualquer estudo acerca de resiliência deve considerar três pontos importantes: o temperamento pessoal, a significação cultural e o apoio social. Nestes elementos estão as explicações das variações de significação para cada indivíduo que vive uma situação traumática.

Recursos internos infundidos no temperamento durante os primeiros anos do sujeito, talvez antes mesmo da palavra, explicará a maneira de reagir diante das pancadas do destino, diante das agressões da existência.

Na estrutura da agressão estão contidas as explicações para os danos causados pela ferida, primeira pancada. Porém, é o significado que este momento terá mais tarde na vida do sujeito e no contexto familiar e social, que conterão as explicações dos efeitos devastadores, quando o trauma se instala, segunda pancada.

A possibilidade de acontecer ações de afeição na vida do sujeito magoado, oferece os suportes de resiliência, que desencadearão o processo que metamorfoseará a representação da ferida (CYRULNIK, 2001:19).

Nessa perspectiva questiono: O que na vivência artística, é capaz de proporcionar ao ator social o desenvolvimento de sua auto-estima e a formação de uma consciência de cidadania? Porque a experiência estética pode provocar a revelação do sujeito?

2.3 O PAPEL ATUAL DA DANÇA NA FUNDAÇÃO CIDADE MÃE: DO IDEAL AO REAL

A Dança faz parte das estratégias artísticas da intervenção educacional da Fundação Cidade Mãe, descritas no item anterior. Assim a busca maior dessa proposta da dança é também promover na criança e no adolescente, a partir do seu corpo e do seu movimento, o

sentido e o caminho para a cidadania. Portanto, procura despertar no sujeito sua própria revelação. Como apontou Klauss Vianna (1990:88):

“Mas, se a dança é um modo de existir, cada um de nós possui a sua dança e o seu movimento, original, singular e diferenciado, e é a partir daí que essa dança e esse movimento evoluem para uma forma de expressão em que a busca da individualidade possa ser entendida pela coletividade humana”.

Porém é importante averiguar qual é a dança que tem sido idealizada na Instituição. Não há uma determinação nem uma imposição a tal ou qual método que deverá ser seguido pelos educadores. Porém a concepção sobre dança está restrita a sistemas estéticos definidos como: Balé, Moderno, Contemporâneo e Afro. Ou seja, o educador tem autonomia enquanto sua própria didática para transmitir esses sistemas, que são resultado de modelos já construídos em outros corpos, outros momentos e outros contextos.

Isto significa que há uma contradição do ideal para o real. A tentativa de educar para a construção do ator social capaz de reconhecer-se enquanto sujeito único esbarra na proposta da padronização em estéticas, geralmente significativas de valores constituídos por classes e valores, alheios ao mundo e ao círculo social dos jovens assistidos pela Fundação Cidade Mãe.

Quando ingressei como educadora nesta Instituição, estava também imbuída dessa mentalidade, propus um trabalho em dança voltado ao que julgava ser referência identitária dessa população majoritariamente afrodescendente, trazendo chamada dança afro como possível modelo afinado como legítima herança daqueles herdeiros dos Quilombos Urbanos.

O insucesso da minha proposta foi do tamanho do meu preconceito. Mas foi fundamental para a minha compreensão de uma questão maior sobre o sentido da dança para a cidadania. Foi a partir desse acidente de percurso que eu me propus à pesquisa que desenvolvi e que resultou nesta dissertação de Mestrado de Artes Cênicas da Universidade Federal da Bahia.

É importante apontar que a perspectiva da dança hoje, na Fundação Cidade Mãe, apesar de sua proposta cidadã, não consegue diferir em essência do que é idealizado e realizado nas academias de dança das classes médias e altas da cidade. Isso porque, do ponto de vista metodológico, ainda consiste na aplicação de técnicas específicas de modelos estéticos da dança já instituídos e, quanto aos resultados, está atrelada à reprodução de valores e padrões ainda colonizadores.

Nesse sentido acaba se tornando uma contradição com seus próprios objetivos. É claro que produz efeitos benéficos, pois abre caminho para a sensibilização e a auto-estima, mas não promove a necessária autodeterminação para um cidadão dançante. Além do que não estava em suas estratégias concretizar os sonhos artístico-profissionalizantes dos atores sociais.

Finalizando, cabe observar que nas estratégias artísticas atuais da Fundação Cidade Mãe, apesar das boas intenções, não foi rompido o elo da cadeia que atrela as iniciativas educacionais de uma maioria das instituições governamentais e/ou não governamentais à tradição **educacional jesuítica** com base na construção do indivíduo erudito e adaptado às regras de conduta desejada, segundo a teoria foucaultiana, para a realização do *homo docilis*.

Não se trata de gerar naqueles jovens a indignação e negar a necessidade de acatar as regras, porém é preciso não moldá-los a um produto bem sucedido do modelo, mas sim transformá-los em sujeitos capazes de se perceber enquanto indivíduos críticos ao modelo do qual procuram não se tornar reféns. Para tanto é preciso que as estratégias sejam revistas e outras propostas bem sucedidas, como foi o caso dos projetos de dança de Ivaldo Bertazzo para a construção da cidadania com jovens da periferia do Rio de Janeiro e de São Paulo, sejam absorvidos ao nível da reflexão e da discussão para a construção de novas propostas.

CAPÍTULO III

A NATUREZA DO ESPETÁCULO DO CIDADÃO DANÇANTE

3.1 UMA EXPERIÊNCIA DE ARTE EDUCAÇÃO COM A DANÇA NA FUNDAÇÃO CIDADE MÃE

Uma das razões da minha luta, de minha presença no mundo é exatamente a de que como educador, eu posso contribuir para uma assunção crítica da possibilidade da passividade, para que se vá além dessa passividade no que eu chamo de posturas rebeldes e de posturas criticamente transformadoras do mundo (FREIRE, 1997).

3.1.1 A filosofia norteadora da proposta da experiência

Iniciei como educadora na Fundação Cidade Mãe sem uma proposta definida. Levava apenas as minhas experiências e a minha formação em dança. Naquele momento a crença era que através do trabalho corporal com a dança afro era possível realizar uma educação artística para a cidadania, por eu entender que essa dança por si só seria suficiente devido as suas referências matriciais.

No processo das oficinas e ao longo do tempo fui percebendo que a dança afro, bem como qualquer padrão de movimento codificado, era incompatível com uma proposta de valorização da história corporal de cada sujeito e não alcançaria dar-lhe a autonomia necessária para reconhecer-se cidadão.

Nesse momento comecei a refletir e experimentar outras possibilidades de estratégias de trabalho corporal que atendessem as minhas expectativas na busca por uma dança cidadã. Foi quando paralelamente iniciei as leituras propostas por Bertazzo e, por sua importância, passo a identificar alguns registros de sua biografia.

Ivaldo Bertazzo é terapeuta corporal, coreógrafo, professor e pesquisador de dança e terapias corporais. Desde 1975 dirige em São Paulo a Escola de Reeducação do Movimento. Em 1987 criou o Centro Brasileiro de Cadeias Musculares onde oferece cursos regulares sobre as técnicas da osteopata belga Godelieve Denys-Struyf e das biomecanicistas Marie

Béziers e Suzanne Piret. Por sua competência recebeu várias premiações da Associação Paulista de Críticos de Arte – APCA, entre elas: Melhor Espetáculo de Dança em 1986, Melhor Diretor de Dança em 1987 e 1989, Melhor Pesquisa em Dança em 1990, 1991 e 1997. Recebeu, em 1999, o prêmio do Ministério da Cultura, de Artista mais Significativo do Ano, na área de dança, no Brasil. E ainda, neste mesmo ano, o prêmio Mambembe de Melhor Espetáculo de Dança com Ciranda dos Homens – Carnaval dos Animais. Escreveu o livro Cidadão Corpo – Identidade e autonomia do movimento, em 1998, editado pela Summus. Em 2004, com outros autores, escreveu o livro Espaço e Corpo Guia de Reeducação do Movimento, editado pelo SESC/SP. Inaugurou o termo *cidadão dançante*.

No conjunto de todo o material bibliográfico gerado sobre as experiências de Bertazzo e por mim examinado, chamou minha atenção às observações de Silvia Soter quando esta afirma que, para Bertazzo os elementos que definem seu pensamento sobre o movimento e o corpo, expressam-se primeiro pelo despertar em cada pessoa do prazer e do interesse pelo movimento à partir de uma mudança de foco na relação do indivíduo com esse movimento. Isso ocorre quando o indivíduo reconhece “... a riqueza e a complexidade do seu gesto” (Soter, 2007 p.46) gerado pelo movimento do seu próprio corpo.

Soter afirma que para Bertazzo essa compreensão se revela na relação entre a consciência reflexiva – capacidade existente somente no ser humano – e suas qualidades motoras, que ao longo da evolução da humanidade desenvolveu-se articuladamente. Soter traz o princípio da propriocepção, que é a nossa percepção de nosso próprio corpo, bem como o sentido de equilíbrio corporal como elementos que guardam importantes informações já que, citando Bertazzo, “músculos, ossos e pele coordenam-se nessa estrutura para oferecer referências precisas de espaço e de tempo” (Bertazzo, 1996:12).

Assim, a propriocepção e o equilíbrio atuam como sentidos “extras”, associando-se aos cinco sentidos tradicionalmente conhecidos e que são percebidos no corpo externamente, a partir de uma ação sensoperceptiva que nos dá a noção exata do mundo externo para podermos nos relacionar com ele. Esses dois sentidos extras possuem informações que independem dos outros sentidos, pois atuam nos processos corporais internos. Portanto, “perceber e conhecer o próprio corpo, de dentro, torna-se crucial” (Soter, 2007 p.47) para entendimento do conceito espaço-tempo que parte dessa organização do movimento em nosso interior (Bertazzo, 1998:12). A partir daí compreendi que sentir-se corpo é perceber-se presença espaço-tempo-social, condição para ser cidadão e, portanto necessária no planejamento educacional da experiência a qual me propus na FCM.

Concluí ainda, que para Bertazzo a realização eficiente do movimento se dá pelo prazer despertado a partir da percepção consciente do mesmo. Isto significa que o Esquema Corporal reflete um corpo que vai se modificando e se estruturando ao longo da vida na relação sociocultural. Então a consciência corporal observada por Bertazzo permite ao sujeito a percepção crítica de si, possibilitando seu engajamento no próprio movimento e essa ação não pode ser possível sem que as “sensações de base” tenham sido despertadas (Bertazzo, 1998, p.12).

Daí o autor infere que é justamente nos músculos, ossos e pele que está contido o sentido coordenado de nossa estrutura e que nos dá conta da noção espacial temporal contida em nós no momento em que essa rede se reorganiza no nosso interior. Percebi então que é dessa ação que o prazer pelo movimento deve ser gerado.

Toda essa compreensão norteou as bases filosóficas das minhas metas na experiência com a dança na Fundação Cidade Mãe que passo a identificar:

- Todos os corpos são capazes de dançar.
- A dança deve despertar o prazer da realização do movimento.
- O signo deve ser bem selecionado, pois traz um imaginário capaz de provocar a vontade de criar o movimento.
- As especificidades corporais devem ser respeitadas, porque são histórias de vida a serem valorizadas.
- A dança deve promover o sentimento de auto-estima e autonomia a partir da ativação da criatividade e da resposta corporal.
- A dança não deve se isolar das outras linguagens artísticas. Ao contrário deve tornar-se interdisciplinar.
- O trabalho corporal deve visar: o reconhecimento do eixo, dos pontos de apoio, da consciência das partes e suas coordenações, o alongamento e a ampliação dos movimentos no espaço e no tempo.

3.1.2 A prática das minhas oficinas de dança na Fundação Cidade Mãe

Em minhas divagações sobre qual deveria ser a postura de um professor de dança, deparei-me com a seguinte declaração de Klauss Vianna (1990:62):

“A primeira coisa que um professor precisa fazer é dar um corpo ao aluno. Mas como é possível dar um corpo a alguém? Todos sabemos que o corpo existe, mas sabemos intelectualmente. Só nos lembramos dele quando surge algum problema, alguma dor, uma febre. Para acordar esse corpo é preciso desestruturar, fazer com que a pessoa sinta e descubra a existência desse corpo. Somente aí é possível criar um código pessoal, não mais aquele código que me deram quando eu nasci e que venho repetindo desde então”.

Para colocar em prática a filosofia descrita acima, em cada situação de criação coreográfica desenvolvo uma experimentação corporal resultante de várias outras, utilizando todos os métodos que julgo pertinentes naquele momento, para acordar aqueles corpos para o processo criativo específico. Utilizo uma metodologia baseada em pesquisas corporais, observações, improvisações e outras, realizadas com os participantes desse projeto artístico. Mergulho num caminho de busca por uma linguagem de criação em dança, que valorize as individualidades nas descobertas dos registros corporais próprios de cada sujeito, por entender que a variedade de informações e contribuições dadas pelos participantes enriquece o resultado grupal.

Entendo que para alcançar um resultado artístico descolonizado, devo me despir de minhas próprias convicções de preparação corporal. Esse é o caminho mais difícil, pois o meu próprio corpo foi comprometido com uma educação em modelos gestuais de um comportamento padronizado e neste sentido é fruto de um processo de enquadramento físico que Paulo Freire define como uma adequação, um ajustamento corporal às “...condições materiais, históricas, sociais, geográficas, climáticas, etc.” (FREIRE, 1997). Refazer esse processo implica numa atitude de passagem de uma ação “adaptada ao mundo” para uma ação de “inserção no mundo” (FREIRE, Última Entrevista de Paulo Freire, 1997), sendo o indivíduo um interventor de sua própria realidade, tomando as decisões que lhe cabem e lhe aprouverem porque segundo Freire “... toda realidade está aí, submetida à possibilidade de nossa intervenção nela...” (FREIRE, Última Entrevista de Paulo Freire em 17/04/1997 – Fonte: Internet – Youtube – www.paulofreire.ufpab.br, 26/10/2007 – 11:31 h). Não quero ser transmissora dessa experiência pessoal que tanto me estigmatizou.

Escolhi três projetos coreográficos realizados nas oficinas de arte educação com dança na Fundação Cidade Mãe que vou relatar porque retratam diferentes procedimentos criativos. São eles: **Meninas do Brasil, Origem e Convivência Cidadã**.

No ano de 2005, por conta de um tema de formação para a cidadania (tema transversal), estabelecido pela Instituição, todas as oficinas deveriam abordar o assunto Etnia e Gênero. Na oficina de dança da Empresa Educativa de Roma depois de uma conversa em grupo decidimos trabalhar com o desdobramento desse tema em racismo e preconceito racial.

Pedi, então, aos participantes daquele processo que observassem tudo que encontrassem pelo caminho de suas casas. A grande maioria dessas crianças e jovens da oficina de dança de Roma volta para casa andando, o que lhes confere durante todo o dia quilômetros de andança pela cidade. Aproveitei então esse fato singular que nem sempre é agradável, pois em determinadas épocas do ano sofremos com altas temperaturas como no verão e as ruas freqüentemente ficam alagadas em períodos chuvosos. Pedi então, retomando o relato, que em suas andanças observassem o bairro onde moravam com o máximo de realidade que pudessem captar. Observassem também como moradores e vizinhos se relacionavam em sua rua. E quando fossem para além do seu bairro, percebessem as pessoas na rua, na escola enfim, por onde andassem. Após dois dias da experiência solicitei que contassem o que viram escolhendo entre a escrita e a oralidade, atendendo ao fato de que algumas não têm facilidade com a escrita. As duas formas foram realizadas.

Uma dessas jovens observou a falta de saneamento básico em seu bairro, detectando a existência de um esgoto a céu aberto próximo à rua onde morava. Outra percebeu que não havia policiais garantindo a segurança do seu bairro. Outra ainda redigiu um texto contando sua experiência quando parada num ponto de ônibus. Lá havia, segundo ela, um senhor negro, de idade avançada e aparência pobre. A adolescente notou que esse senhor pedia, acenando com a mão, que os ônibus que passava, parasse, em vão. Depois de algumas tentativas um motorista parou um pouco a frente do ponto e permitiu que outro senhor de idade correspondente àquele primeiro, porém branco, subisse no veículo. Após algumas tentativas, mais outro motorista parou a frente do ponto obrigando o senhor a correr com esforço para alcançá-lo. A jovem relatou a partir desse fato várias ações de discriminação que percebeu. Na experiência houve muitas outras observações que, no entanto, não vou comentar nesse momento por conta da abrangência do assunto.

A partir desse resultado desenvolvi durante várias aulas a atividade de improvisação tentando provocar nas participantes a compreensão da relação delas com as situações que observaram. Isto provocou a criação de um produto artístico que envolvia seus depoimentos e a dança. Introduzi também nesse processo informações sobre alguns artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O resultado coreográfico da experiência chamou-se “Meninas do Brasil”. Nele as jovens além de realizarem um gestual encontrado na subjetividade de seus corpos, também falaram de seus direitos mais elementares baseados em alguns artigos do ECA.

Em outro projeto realizado em 2006, desenvolvi na oficina de dança da Empresa Educativa de Roma, um processo de criação cujo enfoque seria o surgimento do ser humano

no mundo. Ofereci ao grupo algumas sugestões temáticas e pedi às participantes desse processo, que também trouxessem sugestões que achassem estimulantes para a realização dessa criação. Discutimos e decidimos por um tema que contemplasse todo o material trazido pelo coletivo. Decidimos utilizar uma lenda relacionada à cultura afro-baiana sobre a criação do homem por Oxalá e Nanã que são orixás da religião do candomblé. No entanto, não vou me deter nesse assunto e sim no foco da minha experiência, com uma breve descrição da lenda, apenas para dar um norte à compreensão dos caminhos pesquisados na busca da construção criativa.

Reza a lenda que Olorum pede a Oxalá que crie um ser para que se complete a criação do mundo. Oxalá então tenta criar o homem a partir de diferentes materiais como pedra, ferro, água, vento, etc., e nada funcionou. Pede então ajuda a Nanã que consegue finalmente criar o homem utilizando como matéria-prima o barro, impondo apenas uma condição a Oxalá: que quando esse ser morresse deveria voltar para ela, ou seja, voltar para o barro de onde foi criado.

Para obter um resultado coreográfico a partir desse tema, numa aula foi proposta uma atividade na qual as participantes manuseavam utensílios de barro espalhados pelo chão da sala dando a eles a utilidade que achassem mais conveniente. Surgiu a partir daí movimentações que mais pareciam mímicas e que traziam a representação de banhar-se, de comer, de beber água e outras que extrapolavam a compreensão de uma movimentação que eu chamo aqui de “brincar com o objeto”. Todo esse processo foi incentivado com uma música aleatoriamente escolhida, mas que fazia sentido com a matriz cultural proposta.

Num segundo momento foi incentivada a lembrança da movimentação encontrada durante o manuseio dos utensílios agora sem sua manipulação. Ficou apenas a lembrança e execução do gestual. A partir daí desenvolvi as seqüências coreográficas e sua distribuição espacial. Nesse processo algumas das músicas experimentadas durante o trabalho foram coletivamente escolhidas para composição da trilha sonora desse projeto que se chamou “Origem”.

Em 2007 desenvolvi outro processo com as jovens da Unidade parceira Cristo é Vida. A partir do tema de formação Contrato de Convivência pensei na elaboração de um projeto transdisciplinar envolvendo a mim e a Nadjane Aleluia como professoras de dança, à professora de apoio pedagógico de comunicação e expressão Sirleide e à professora Regina Silva Santos, responsável pela oficina de Canto Coral. Foi construído então por essas educadoras um roteiro de trabalho contemplando em primeira instância a integração entre os participantes das oficinas de dança e canto coral, com recursos de vivências e dinâmicas corporais.

No primeiro momento foram utilizadas estratégias com algumas vivências e músicas suaves onde os participantes deitados no chão da sala e com os olhos fechados, assumiam a posição que mais achassem confortável para seus corpos. O objetivo era alcançar a concentração do grupo, tentando estabelecer um efeito tranquilizador no ambiente. No segundo momento foram aplicadas dinâmicas que trabalhavam o EU, o OUTRO e o AMBIENTE, exatamente nessa ordem, pois entenderam as educadoras que assim estariam realizando o trajeto da parte para o todo. Foram aplicadas três perguntas ao final de cada dinâmica referente ao item trabalhado objetivando uma ação reflexiva dos participantes: “De que maneira EU gostaria de ser tratado?”, “De que maneira acho correto tratar o OUTRO?” e finalmente “De que maneira eu gostaria que fosse o AMBIENTE em que convivo com todos?”. A partir das respostas dadas pelos alunos foram sendo construídas palavras e frases chaves dentro de um processo de avaliação com a intenção de provocar nas crianças e adolescentes a compreensão e internalização dos signos contidos nas frases propostas e trazidas por eles mesmos.

Tivemos algumas dificuldades na aplicação das atividades concernentes à tentativa de integrar as turmas de dança e de canto coral e a instalação de um clima de concentração entre os participantes. Algumas estratégias foram utilizadas no sentido de conseguir manter a concentração dos grupos a partir de uma ação de convencimento durante todo o tempo de aplicação de algumas atividades. Ao final de cada etapa eram feitas avaliações junto com os grupos. Num desses momentos foi colocada para o grupo a seguinte questão: “Aponte os pontos positivos e negativos dessa aula.” À medida que os participantes apontavam aspectos negativos referentes ao incômodo causado por alguns colegas que não conseguiram concentrar-se, essa ação era imediatamente ligada às palavras e às frases chaves na ação da contextualização da proposta, ao mesmo tempo em que eram também lembradas as posturas positivas por eles sugeridas a partir do que julgavam ser uma boa convivência. Essa contextualização seguiu todas as atividades e etapas da experiência.

Durante todo o processo de construção do contrato de convivência surgiam situações problema que geravam novas frases-chaves que despertavam a reflexão sobre o comportamento do grupo naqueles momentos. Por exemplo: Quem sou eu? Foi trabalhado o auto-reconhecimento, tendo como intenção despertar nos participantes a percepção de si em relação a si próprio e o seu entorno. Quem é o outro que está do meu lado? Objetivou despertar no educando a percepção do outro e a relação do outro consigo mesmo. O que eu preciso para ser feliz? Objetivou despertar noções de direitos relativos à sua cidadania. Como quero ser tratado? Como devo tratar o outro? A meta buscou despertar pressupostos de direitos e deveres como

forma de estabelecimento de uma convivência melhor, entre todos os que compartilham a unidade Cristo é Vida. Como gostaria que fosse minha sala? Como devo cuidar do ambiente da sala de aula? Objetivou provocar a reflexão e o entendimento da capacidade de modificar e melhorar o ambiente a sua volta para proporcionar-lhe prazer e satisfação.

Foram desenvolvidas atividades de improvisação corporal nas quais os alunos sugeriram as músicas e criaram uma movimentação que lembrava a dança de rua, norteamericana. Ou seja, gerou a criação de seqüências coreográficas que tinham como base essa referência. Propuseram ainda, a música “*Pra Que Chorar*” composta por Ivete Sangalo. Essa foi uma escolha consensual dos alunos de ambas as oficinas onde as linguagens da dança e do canto geraram um produto artístico integrado. Isto possibilitou aos jovens desse processo a compreensão de alguns signos de convivência social baseadas na valorização da cidadania de todos. Cada oficina foi preservada em sua especificidade e todos cantaram e dançaram.

Dessas experiências relatadas, concluí que o processo de construção de uma convivência harmoniosa e produtiva entre os grupos para desenvolver com sucesso um projeto de arte educação em dança, é longo e difícil. São muitas as dificuldades de convivência entre estes participantes que são oriundos de quilombos urbanos contemporâneos que convivem com questões como a pobreza, as drogas, a violência, entre outras.

Uma dança que se propõe ao desvelamento cidadão deve considerar a situação sociocultural do sujeito e compreender que sua história está inscrita em seu corpo e, portanto, suas metas devem perseguir sua libertação no sentido da autonomia. Para tanto, compreendi que não se trata de moldá-los a nenhum padrão, ao contrário, é preciso promover um movimento que surja do seu impulso interior despertado como uma voz de presença.

3.2 DO CORPO POTENCIAL AO CIDADÃO DANÇANTE

As expressões “cidadão corpo” e “cidadão dançante” foram criadas por Ivaldo Bertazzo a partir de suas experiências artísticas no Projeto Dança e Comunidade, promovido pelo Serviço Social do Comércio – SESC/SP, buscando promover a saúde, a educação, a cultura e a cidadania de jovens e crianças brasileiras de baixa renda que resultaram em espetáculos como Cidadão Corpo, Palco, Academia e Periferia, Mãe Gentil, Dança das Marés, Milágrimas, Rua do Encontro e outros. Hoje Bertazzo é uma referência internacional devido

ao sucesso alcançado em suas ações. Esses termos são assumidos neste trabalho como reconhecimento de sua propriedade.

Qualquer conjectura sobre o *cidadão dançante* remete inicialmente a pensar sobre o corpo deste cidadão. O corpo é a morada dos registros psicológicos de toda a nossa construção histórica – sem corpo não há o sujeito. A partir dessa lógica faz sentido defender que, desde a vida uterina, nosso corpo registra todas as marcas que lhe são adquiridas, na medida em que somos submetidos à construção de nossa própria história. Na psicoticidade, o corpo é um receptáculo de informações, produzindo uma linguagem que se expressa nos gestos, no tônus, no espaço, no tempo, nas posturas. Um animal jamais poderá dizer que percebeu, sentiu ou vivenciou seu corpo, falta-lhe a consciência que produz a capacidade de distanciamento, para o entendimento da posse corporal. Mas, o sujeito somente se apropria do seu corpo a partir de uma ação de descobertas e conquistas. A linguagem corporal afirma o corpo como objeto de pertença do sujeito, também a partir dessa capacidade de expressar-se com consciência (LEVIN, 1995:48-49).

Para dimensionar a capacidade corporal como receptáculo das ações e experiências vivenciadas pelo indivíduo e sua conseqüência psicomotora, é interessante entender os processos escravistas dos quais somos herdeiros e que permeiam a história da humanidade, onde ao corpo foram impingidos os mais cruéis castigos e mutilações, como forma de controle e domínio, partindo da premissa de que existiam seres humanos superiores e seres humanos inferiores. Sob a manutenção dessa idéia, a humanidade continua impondo ao corpo castigos que não se processam somente em atos físicos, mas em ações que devassam a dignidade humana, principalmente quando o sujeito se acha envolvido em um processo social excludente.

Trazendo essa questão para a realidade da história baiana, Lobato (2001, p. 62) acrescenta:

No caso brasileiro, mais especificamente baiano, a história do corpo vem marcada pelo exercício do poder colonizador sobre o corpo do trabalhador escravo, principalmente negro. Foi uma colonização caracterizada pelo domínio sobre o corpo livre, em estado ‘primitivo’ do índio e pela escravidão do homem negro. (LOBATO, 2001, p. 6).

Na direção desta discussão, do ponto de vista paradigmático, foi Michel Foucault (1987), principalmente em sua obra **Vigiar e Punir**, quem deu grande contribuição às investigações das ciências humanas apontando que, através das mais distintas civilizações, sempre foi o corpo sujeito a castigos e ao exercício do poder. Porém o autor adverte que o

poder tem dois lados e ao lado de seu efeito repressivo há também um aspecto positivo e transformador – eis que onde há poder, há resistência.

Assim o mesmo poder que castiga e suplicia o dominado, também o aprimora e adestra visando promover a força e a melhor capacidade de trabalho para que rendam melhores lucros. Ainda citando Lobato,

Isto permitiu aos negros, apesar dos castigos e sofrimentos, desenvolverem também uma resistência corporal e uma energia próprias, superiores mesmo àquelas do dominador, as quais, quando encontravam espaço para sua realização apresentavam-se através de expressões fortes e vigorosas, como é o caso da dança e da capoeira. (LOBATO, 2001, p.62).

Admitir esses argumentos implica reconhecer que as inscrições e registros que constituíram o indivíduo em situação de escravidão, exposto aos martírios corporais e psicológicos durante séculos, para justificar uma ação de domínio e controle de um grupo social sobre outro, geraram referenciais históricos que influenciam os negros e mestiços que nascem hoje. Isso provoca em algumas gerações de negro-descendentes uma resistência corporal que, apesar das marcas da longa trajetória da história que o gerou, guarda os segredos de uma resistência física e espiritual construída na capacidade de sobreviver. Toda a energia corporal expressiva era canalizada tanto para os momentos lúdicos e de prazer como a capoeira e a dança quanto para os rituais da religiosidade e os transe.

As crianças e jovens da tribo¹⁸ Cidade Mãe têm corpos reprimidos e fora da estética aprovada pelo padrão social vigente. São corpos que perderam sua exuberância e vigor em função do medo, da desnutrição e do processo de repressões a que foram submetidos pelo poder de controle social definido por Foucault (1987, p.172) como poder disciplinar, o qual consiste em “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças e lhes impõe uma relação de docilidade – utilidade”. O poder disciplinar, portanto tem como objetivo político e econômico, tornar os corpos homogêneos, dóceis e úteis.

O poder disciplinar é disseminado através de vários instrumentos sendo que a educação, a família e a religião são alguns dos mais eficazes. Os chamados micro-poderes são quase imperceptíveis e assimilados inconscientemente. A padronização dos movimentos em regras de classes sociais, por exemplo, é assimilada através dos conteúdos elitistas e eruditos das propostas escolares.

¹⁸ (termo usado aqui no sentido *maffesoliano* (Maffesoli, 1998:194-196) de pertencimento, de sentimento de ligação reconhecível entre os integrantes de determinado grupo).

Em geral visam moldar os corpos para sua aceitação aos padrões dominantes e domesticar as rebeldias gestuais mesmo que com isso sejam castradas outras experiências de vivenciar o mundo e a sociedade. E assim surge uma estética corporal desejada e outras rejeitadas como padrão do vulgar, do mau gosto e do grotesco. Ao dar-se conta que seu corpo está no espaço indesejado, o indivíduo busca vestir-se com o outro padrão, ainda que não lhe caiba. E assim apertado, começa a desprezar seu corpo e reconhecê-lo como a revelação incontrollável de seus fracassos e de suas frustrações. O remédio é rejeitar seu corpo e, maltratá-lo, é uma consequência.

Assim, o primeiro passo para pensar a cidadania está em devolver o corpo ao indivíduo e restituir a noção e a necessidade de conhecer e assumir o seu próprio corpo. Habitar seu corpo é a primeira garantia de obter um passaporte que legitimará sua presença na sociedade. Presença que se torna portadora de história, de identidades e de digitais, e que por essa razão será necessariamente reconhecida. Porque se respeita será respeitada. A cada nova experiência, a cada nova postura o corpo se remodela e conseqüentemente produz uma força política e transformadora de si e do outro. Nesse sentido, chegar a um *corpo cidadão* passa por compreender os conceitos de imagem e esquema corporal.

3.2.1 Imagem e esquema corporal

O corpo não nasce pronto. Está constantemente se modificando e se estruturando ao longo da vida, no relacionamento com a natureza e com a sociedade onde se encontra. Do resultado dessas transformações provém a construção do esquema corporal. Já a imagem corporal vai se formar a partir da visualização e do sentir deste corpo nas questões afetivas e culturais por ele assumidas. O esquema corporal e a imagem corporal estão ligados, mas nem sempre estão em harmonia. Ao assimilar as normas e a moda, o indivíduo vai constituindo um corpo proveniente dos desejos do mundo; nesse caso o desejo é o desejo do outro, e em geral do outro que tem o poder e dita as normas.

O psicomotricista Esteban Levin afirma que hoje é habitual considerar o enfoque psicomotor atuando num conceito globalizante da estrutura corporal do sujeito, passeando em três dimensões: a instrumental, a cognitiva e a tônico-emocional. Esse conceito nos leva em princípio, a buscar o entendimento do corpo a partir de uma leitura no campo do consciente, considerando que tanto o nível instrumental, quanto o cognitivo são processos observáveis,

avaliáveis, mensuráveis, entre outros. O autor ressalta que o tônico-emocional é também da ordem da consciência, citando Freud que afirma ser a emoção uma descarga de percepção. Freud exemplifica o riso, o choro, um tremor e outras manifestações como descargas tônicas do corpo que são invariavelmente desencadeadas por fatores emocionais.

Para Levin, o corpo organismo é assim entendido pela medicina. O corpo do sujeito traz inscrições que podem ser lidas por outros. Se a partir do entendimento do corpo como morada de inscrições, não há em princípio uma imagem concreta a ser vista, essa leitura se situa no campo do entendimento do sentido daquilo que se lê no corpo do outro, que dá significância, “que o torna imagem do corpo” (Levin, 1995, p.47), possibilitando uma ação de reconstrução. O autor afirma que a psicomotricidade está instrumentalizada para ler e compreender os signos contidos nas mensagens corporais expressas pelo sujeito e inscrever-lhe um dizer de outrem que o “metaforise em seu ‘toque’ Significante” (Levin, 1995:47) “...o corpo é ‘fonológico’ e não falante por si mesmo. O que fala é o sujeito através do corpo, das variações tônico-motoras, do movimento, dos gestos e do esquema corporal.” (Levin, 1995:47).

Mas o próprio Levin questiona: de que corpo se trata? Que corpo a psicomotricidade olha? Que leitura tem dele? Ele próprio responde afirmando que o discurso psicomotor opera o inconsciente do sujeito. Assim, o conceito de globalidade torna-se ultrapassado. Para reforçar esse seu entendimento apóia-se no sociólogo Roland Barthes, pontuando que uma figura global, circular, dá um sentido religioso, teológico, e sugere a espiral que é um círculo remetido ao infinito passando um sentido dialético numa idéia de que as coisas retornam, porém em outro nível. “A espiral regula a dialética entre o velho e o novo” (Barthes *apud* Levin, 1995:46). Na idéia da espiral não existe o fatalismo ou o determinismo das coisas, “tudo foi dito ou nada foi dito” (Barthes *apud* Levin, 1995:46). A idéia é que nenhuma situação acontece pela primeira vez. No entanto, “tudo é novo” (Levin, 1995, p.46).

A partir dessas idéias entendo que o corpo é um receptáculo que absorve signos que lhe são inscritos ao longo da vivência, da construção estrutural do sujeito. Portanto, esse corpo passa a constituir-se simbólico. Levin indica o aspecto instrumental-cognitivo e o cognitivo como a fala do corpo do sujeito. O instrumental-cognitivo está relacionado ao funcionamento motor, enquanto que o cognitivo diz respeito aos processos corporais relativos ao espaço, ao tempo (Levin, 1995, p.47).

Quanto ao tônico-emocional, ou simplesmente o tônus já referido acima, relacionado ao emocional, torna-se outra via do dizer corporal resultante das inscrições instaladas no sujeito desde seu nascimento, a partir do desejo do outro, representado no primeiro momento pela figura da mãe ou qualquer outro que ocupe este lugar.

Estas inscrições gravadas no inconsciente do sujeito vão determiná-lo enquanto tal, ou seja, como resultante do desejo do outro no “universo simbólico” (Levin, 1995, p.47). O tónus então se torna dialético, no sentido de ser a fala corporal do inconsciente trazida ao consciente.

Então seria correto afirmar que é o sujeito que fala através do seu corpo, a partir de fenômenos observáveis expressos nas ações tônico-motoras, no movimento, nos gestos e no esquema corporal. Essas ações refletem as inscrições gravadas no sujeito, a partir do desejo do outro e que compõem sua construção estrutural e histórica. É a partir dessas marcas e inscrições que o sujeito é constituído. A criança não nasce com um esquema corporal. Para Levin são justamente essas marcas que vão construindo a superfície corpórea do sujeito, e afirma ser a partir desse enunciado que nasce o conceito de corpo como receptáculo – lugar de inscrição. O autor afirma que para o sujeito passar por uma transformação é necessário que assuma uma imagem como sendo sua. Essa transformação é a identificação de si como imagem original e não como reflexo do desejo do outro. E citando Lacan ratifica que “A identificação é a transformação que se produz no sujeito quando assume sua imagem” (Lacan *apud* Levin, 1995:55). “Pois o desejo é a vertente histórica do corpo do sujeito, cujo reconhecimento só pode ser concebido na primazia do significante.” (Levin, 1995:47).

Segundo Levin o corpo traz marcas que são lidas pelo sentido. É o outro que lê, porque o sentido das inscrições no corpo está no campo do imaginário enquanto aspecto inconsciente. Na imagem não se constitui o verbo, a palavra. É necessário que um outro inscreva um dizer sobre este corpo para que ele se torne imagem no significante tornando o símbolo legível.

Eu me apoio nos conceitos de imagem, esquema e leitura corporal para compreender os caminhos propostos pela psicomotricidade, dos quais Bertazzo se utiliza para efetivar uma leitura corporal e, por conseguinte, uma reestruturação do corpo. A psicomotricidade significa que a psico ocupa-se das estruturas psíquicas do sujeito, enquanto a motricidade ocupa-se das estruturas motoras, ligando-as num conceito de sujeito único, indivisível em psique e corpo.

Na psicomotricidade o corpo é concebido na ordem do simbólico como linguagem, sendo “... os gestos, o movimento, o tónus, o espaço, as posturas, os objetos e o tempo... o dizer corporal de um sujeito; o dizer que é olhado e é dito” (Levin, 1995).

Bertazzo afirma que é pela linguagem que nos diferenciamos dos animais. Um esquema psíquico e cognitivo atua no aprendizado da linguagem. O animal é só um corpo de ações e reações instintivas, portanto não poderá distanciar-se do corpo para pensar, inferir, reconstruir, enfim, transformar-se em sujeito com um corpo. Essa é uma capacidade exclusivamente humana.

Apropriar-se do corpo resulta de descobertas e conquistas. Para Levin a criança num primeiro momento vivencia uma dispersão corporal produzida pela linguagem. Na fase do espelho ela se apropria de sua imagem corporal, para em seguida apropriar-se dessa imagem no campo simbólico.

Sabemos que a filosofia cartesiana aponta que a diferença entre o sujeito, o animal e a máquina reside no pensamento e na razão. Levin, sobre este quesito, faz uma diferenciação apoiada no enunciado Freudiano que afirma ser o universo simbólico da linguagem o primário dessa questão e o pensamento, o secundário.

Para Freud o simbólico pré-existe ao nascimento da criança, assim ratificando as afirmações de Klein quanto às marcas e inscrições do sujeito serem gravadas ainda na fase uterina. Antes da criança possuir um corpo, os pais já o imaginam.

“O sujeito pré-existe ao corpo e subsiste após sua morte, por exemplo, na lembrança, ou seja, no nome que nomeia este corpo.” (Levin, 1995:50).

Tanto no contexto teórico quanto na prática clínica, o conceito de esquema e imagem corporal necessita de um entendimento maior, haja vista que esses conceitos são tão similares que ainda trazem dúvidas quanto ao seu entendimento, tanto no âmbito corporalista, quanto no campo psicomotor. A palavra esquema relativo ao corpo foi usada em 1905 pelo médico francês E. Bonnier e trazia um conceito centrado numa configuração espacial do corpo.

Paul Schilder, neuropsiquiatra e psicanalista austríaco, buscou conceitos apoiados em Head e Freud para realizar sua pesquisa empírica. Segundo Levin (1995:70) por se apoiar em diferentes estudos, Schilder produziu idéias que deixaram algumas questões em aberto nas suas articulações teóricas, Alí afirma que “o esquema corporal é a imagem tridimensional que todos têm de si mesmos...” (Alí *apud* Levin, 1995:70). Este autor aproxima pela primeira vez a psicanálise do corporal. Isto mais tarde dá a Levin uma abertura para se apoiar em alguns teóricos da linha psicanalítica para reformular e ampliar esses conceitos já existentes.

Levin conceitua o esquema corporal como aquilo que se pode dizer ou representar sobre o próprio corpo. Nesse conceito estão contidas as noções de proprioceptividade, interoceptividade e exteroceptividade.

O Professor Dr. Marcus V. Machado Almeida (2004) do Departamento de Artes Corporais da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro e psicoterapeuta ocupacional observa que o corpo reorganiza-se constantemente, buscando nesse movimento evolutivo formas novas de existir. A partir de uma visão terapêutico-ocupacional enfatiza a importância das funções psicomotoras como alicerce para uma organização corporal exitosa.

Baseado em seus escritos, aqui serão descritas sucintamente as sensopercepções referidas acima, a partir de Levin, objetivando apenas uma contextualização.

Na interoceptividade há uma sensopercepção que envolve os terminais nervosos, apenas percebidos a partir da dor, mal-estar ou processos fisiológicos. Normalmente só temos consciência dela quando ocorre um mau funcionamento dos órgãos.

Já na proprioceptividade a ação sensoperceptiva é consciente, pois se dá no nível dos tendões e articulações. Através dessa sensopercepção temos a noção da nossa postura corporal e do nosso movimento, mesmo estando de olhos fechados.

Na exteroceptividade os terminais nervosos que estão ainda mais externalizados nos proporcionam um relacionamento mais direto com o mundo. Os cinco sentidos expressos na audição, tato, olfato, degustação e visão nos dão a noção do mundo externo e seu movimento e assim interagimos com ele.

Para efeito de um trabalho com a dança são as noções de proprioceptividade e exteroceptividade que serão mais úteis na construção de uma metodologia.

Levin afirma que o esquema corporal na criança dá-se como uma construção desenvolvida na evolução psicomotora. Então esquema corporal é o conceito que a criança faz do seu corpo e é exatamente este conceito que poderá inibir ou não sua capacidade de dançar.

A partir da noção que é construída na criança a cerca do próprio corpo, ela pode responder as questões pelo desejo dela. Assim, escolhe qual parte do próprio corpo gosta mais expressando o próprio desejo. Nesse raciocínio o esquema corporal é substituído pela imagem corporal a partir da noção do seu corpo no campo do próprio desejo. Desse modo “a imagem corporal é constituinte do sujeito desejante” (Levin, 1995:71). Ela vai se construindo e por isso, relaciona-se de maneira direta com as inscrições e marcas impressas em nosso corpo ao longo de nossas experiências existenciais.

Por tudo acima argumentado inferi que o esquema e a imagem corporal caminham juntos, apesar de conceitualmente ser possível defini-los separadamente. Porém no corpo eles existem de forma indissociável. Isso produz para a dança um potencial de apreensão corporal em muitas vias para o movimento promovendo uma leitura corporal com dimensão instrumental, cognitiva e tônica-emocional. Essa compreensão do corpo também em sua totalidade proprio-esteroceptiva resulta na possibilidade de sua reorganização.

Almeida (2004) afirma que, na psicomotricidade, além do esquema e imagem corporal o corpo também se organiza a partir de outras funções igualmente importantes relacionando-as: lateralidade, equilíbrio ou equilibração, noção de espaço, noção de tempo, a

praxia global, a praxia fina e a respiração. O autor afirma ainda que a importância das funções psicomotoras está na organização corporal do sujeito no campo espacial, temporal e prático.

As funções motoras se estabelecem na inter-relação entre imagem e esquema corporal, que quando bem estruturados possibilitam a organização das outras funções e isso é muito importante para a dança. O sujeito é produto das experiências que vivencia e que vão construindo-o sociologicamente. É justamente a capacidade de reorganização corporal viabilizada no movimento evolutivo produzido no esquema corporal que propicia ao sujeito a possibilidade de transformações e novas percepções de sua imagem corporal.

Assim um indivíduo positivamente estimulado pode realizar mudanças comportamentais diversas. A experiência da dança, por trabalhar com a exteriorização das emoções através do movimento do corpo, passa a ser um caminho para esta transformação que pode resultar num espetáculo que estimule o sujeito para uma ação resiliente.

Porém, se assimilar as normas e a moda o indivíduo vai constituindo um corpo proveniente dos desejos do mundo, nesse caso o desejo é o desejo do outro, e em geral do outro que tem o poder de ditar às normas.

Assim, o compromisso do professor de dança torna-se uma missão. Trata-se de restituir ao corpo de cada criança e de cada jovem da Fundação Cidade Mãe, seu direito cidadão de se reconhecer enquanto ser único e indivisível. A partir de então, devolver-lhe o prazer e a capacidade de movimentar-se sem a obrigação de atender aos modelos padrões, quaisquer que sejam. É nessa hora que a dança se torna o grande instrumento de transformação do corpo cidadão para o cidadão dançante, e esse foi o compromisso que assumi na experiência educacional com a dança na FCM.

3.3 UMA DANÇA A SERVIÇO DA CIDADANIA



Ilustração 4 – Apresentação de samba de roda com crianças e adolescentes das oficinas de dança, capoeira e teatro da Empresa educativa de Roma – Fundação Cidade Mãe 2005. Foto: Luis Batista

Dançar é vivenciar e exprimir, com o máximo de intensidade, a relação do homem com a natureza, com a sociedade, com o futuro e com seus deuses. (GARAUDY, 1980, p.14).

Falar da história da dança é falar da história do homem. A dança para a humanidade sempre teve um papel preponderante, pois o homem sempre dançou tanto as suas tristezas quanto as suas alegrias. Dançou a colheita, o casamento, o nascimento, a morte, a dor, a chuva. Pode-se dizer que a humanidade dançou e dança sua vida, seu cotidiano, suas celebrações fazendo parte do *modus vivendi* de cada povo, de cada cultura.

É possível dizer que a dança é um elemento constitutivo dos povos implícito em todas as culturas. Mas, esse trabalho não se refere a uma dança genérica ou artística no sentido de produto da inspiração criativa do artista. Fala da dança cidadã e logo suscita uma interrogação: Que dança é essa? Quais são os elementos que a identificam?

3.3.1 Elementos constitutivos de uma dança para a cidadania

Uma dança para a cidadania vai expressar o prazer de se movimentar num impulso rítmico, promovido pelas ondas sonoras de um sistema musical harmônico ou não. Nesse sentido denuncia a existência de uma dança latente muitas vezes não aparente, observada no cotidiano popular que afirma a identidade de um povo porque é constitutiva do imaginário coletivo e expressa signos que são reconhecidos em cada cultura da qual pertencem. A dança

é uma prática real na qual cada comunidade realiza a si mesma. É passada de geração em geração, contando e recontando suas histórias através da oralidade. Como afirma Stuart Hall:

As culturas nacionais ao produzir sentido sobre ‘a nação’, sentidos com os quais podemos nos *identificar*, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas estórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas. (HALL, 2005, p.51).

Essa dança traz então, no movimento a imagem concretizada desse imaginário, porque se mostra a partir de uma ação do dia-a-dia que não vem de um sentido para o palco, mas, espontânea da vida. Essa dança é também constitutiva da ação cidadã, pois, se dá na coletividade sem distinção de crença ou corpo, ou seja, dançam todos aqueles que se propõem a dançar, pois não lhes serão exigidas “técnicas”¹⁹ ou quaisquer conhecimentos prévios.

Para Marcel Mauss²⁰ a técnica está inserida nas sociedades como uma ação cotidiana de construção cultural. Esse autor entende a técnica como uma ação ativa de assunção comportamental, sendo difícil nos desvincularmos dos processos culturais pelos quais passamos ao longo de nossas vidas. Pelo corpo o sujeito manifesta especificidades a partir da sociedade a qual pertence, porque cada lugar carrega as características que lhe são comuns e o sujeito reflete isso. Nesse entendimento o corpo assimila uma ação de adestramento social que vai se inscrevendo fase a fase nos sujeitos e o corpo vai memorizando. Para Mauss há uma variação comportamental nos indivíduos e suas imitações assim como de sociedade para sociedade. Isso é percebido, principalmente em hábitos e costumes implícitos na educação, na moda, nas conveniências

A dança para a cidadania traz uma oratória, uma espécie de gramática traduzida em movimento que tem como função o ato de comunicar as sensações humanas, utilizando-se de códigos gestuais, visuais, auditivos, culturais e estéticos entre outros. A esse respeito cito o filósofo José Gil (2005:92):

“Os movimentos de transição do corpo não são próprios apenas da dança: encontram-se em todos os movimentos e gestos da vida comum. Mas a dança transforma-os, condensando-os e concentrando-os quando se achavam dispersos, conectando-os diretamente, quando entravam em seqüências narrativas ao serviço de movimentos significativos, ampliando-os quando eram imperceptíveis na vida, pondo-os no próprio centro do movimento dançado. Em suma, a dança ordena estes movimentos numa gramática semântica: a dança, dança essa gramática”.

¹⁹ 15 O conceito de técnica utilizado neste texto refere-se a toda expressão de movimento codificado para moldar o corpo para a realização de uma movimentação específica como por exemplo a técnica do balé clássico, da dança moderna, entre outras.

²⁰ Marcel Mauss. Técnicas do corpo. Tradução de Larissa Latif Plácido Sare. Doutoranda do PPGAC.

Estes códigos possibilitam, portanto, ao praticante, apropriar-se de uma percepção do mundo e conseqüentemente o auxiliam na construção de seu entendimento do imaginário da sociedade na qual está inserido. É nesse momento que vale lembrar o que já foi desenvolvido em capítulos anteriores sobre a função das categorias: esquema e imagem corporal para a construção da dança.

O movimento é o grande tradutor dessa imagem, pois o objetivo é comunicar-se a partir de uma mensagem que atinja também ao outro. Assim, a partir da utilização de procedimentos metodológicos voltados para a valorização da sua história sociocultural e pessoal, o sujeito vai perceber a dança como um espaço de oportunidade de sua reconstrução.

Os jovens e as crianças da Fundação Cidade Mãe são sujeitos de uma sociedade que reforça a cada dia a valorização do estigma do vencedor e dominador em detrimento do perdedor e do dominado. Nesse sentido a dança para a cidadania é também um agente de signos, voltados para a multiplicidade das tramas e das narrativas sociais.

Esta dança, para alcançar seus objetivos, deve inicialmente investigar a singularidade de cada envolvido, bem como a potencialidade de seus corpos e suas histórias de vida. Só assim poderá refletir as tramas e as narrativas pessoais e grupais dos envolvidos, condição essencial de suas revelações como cidadãos dançantes. É uma dança que deverá ir além das técnicas e dos padrões para dar conta das diferentes formas de vidas, cotidianas e/ou imaginadas, daqueles jovens. Nessa mesma direção Inês Borgéa (*apud* BERTAZZO, 1998, p.12) afirma que “A Dança, nesse caso, é a proposta de conhecimento do corpo para a relação com a sociabilidade”.

Essa dança tem um caráter coletivo, pois reforça a integração do jovem no espaço do grupo. Porém, essa integração só acontece na descoberta de cada individualidade: eu / meu corpo / o corpo do outro / o corpo coletivo. Essa noção básica promovida pela experiência do corpo nessa dança desenvolve a compreensão de limites e expansões, sem conflitos que resvalam numa convivência social que cultive o respeito ao próprio espaço, ao espaço do outro e ao espaço do grupo. Essa é uma prática de alteridade e reconhecimento de direitos e deveres.

Por já ter implícito em seu princípio uma ação que valoriza e parte da coletividade, essa dança não privilegia os solos e os virtuosos, pois o que realmente interessa é o compasso grupal. Para atingir esse plano é necessário desenvolver individualidades fortes e bem delineadas onde o sujeito se afirma política e socialmente. Para tanto é imprescindível criar uma atmosfera. Segundo José Gil (2005:119):

“ A atmosfera tem a propriedade de transformar os corpos submetendo-os ao seu regime de forças. A atmosfera não é um contexto: não constitui um conjunto de objetos ou uma estrutura espacial onde o corpo se insira; não se compõe de signos, mas de forças. É, por conseguinte, infra-semiótica e interior-exterior aos corpos. Digamos que os penetra inteiramente: nesse sentido, é mais que um meio, faz parte dos corpos.

A atmosfera resulta da invasão da consciência pelo inconsciente: no mesmo ato, é o espaço do corpo- esse prolongamento do corpo no espaço- que se impregna de forças inconscientes. A atmosfera não se limita à consciência, habita o exterior dos corpos, condicionando a sua ação: é por isso que se fala da atmosfera de um grupo, da “atmosfera que reinava na sala”, etc, como se se tratasse de um dado objetivo”.

Nesse sentido é preciso criar uma atmosfera para essa dança que prepara o processo de humanização através da descoberta primeira e essencial de cada indivíduo a partir da descoberta do potencial de seu corpo, sua capacidade de se movimentar e de situar-se na sociedade. Dessa forma, o importante para esta via da dança é investigar e promover o movimento capaz de revelar aos jovens seus referenciais culturais.

3.3.2 Perspectivas metodológicas

Trabalhar no sentido de despertar nesses jovens uma dança cidadã implica em levá-los a reconhecer o próprio corpo através da vivência de seus pontos de equilíbrio e de desequilíbrio na construção de suas dialógicas. Essa ação é desencadeada em processos de investigação que visam o desenvolvimento da potencialidade desse corpo para que possa reconhecer-se. É preciso dar condições da descoberta de seus pontos de apoio corporal e como daí ele poderá elaborar os seus próprios movimentos e as ações que o auxiliarão na caminhada autônoma de sua vida. A perspectiva metodológica tem como ponto de partida a construção do corpo cidadão.

Para a construção do corpo livre e autônomo a tarefa maior é trabalhar o corpo no sentido de desconstruir modelos e dar possibilidades da experimentação e vivência daquilo que aquele corpo pode construir. Esse argumento está apoiado no Princípio da Desconstrução de Jacques Derrida, que propõe desfazer os signos gráficos, a partir do modo como estes foram construídos originalmente para que, assim, sejam revelados os seus significados ocultos. Nessa conduta, antes de parecer uma ação de destruição, essa desconstrução sugere

justamente o oposto, pois ela busca a pluralidade do discurso, legitimando a não existência de uma única verdade ou interpretação como modelo, com um caráter de disseminação de possíveis e novas verdades.

Nesse raciocínio, a dança cidadã propõe uma ação no sentido do reconhecimento dos signos culturais que são parte da construção identitária de cada jovem e que revela a individualidade dentro de sua coletividade, pois os registros elementares marcados na memória popular, mantêm viva essa identidade coletiva.

O jovem da FCM é produto de um mundo globalizado onde as fronteiras disciplinares são diluídas, tornando-se parte de uma massa homogênea. Nesse sentido, pensar em originalidade é perceber nesse todo suas identificações. Para que esse jovem sinta-se como parte integrante do coletivo, é necessário que se reconheça, entenda e valorize os próprios referenciais e as ações que estão registradas em sua memória corporal e genética. Sobre essa questão, Bertazzo afirma que: Quando nos dispomos fisicamente para o movimento e o iniciamos, há como que um fio condutor que nosso corpo reencontra, reconhece, aprova e recupera (BERTAZZO, 1998:12).

É justamente esse o fio condutor que é trazido à tona num movimento construído e registrado corporalmente a partir das experiências cotidianas.

O corpo passa por processos de adaptação onde o indivíduo, para ser aceito no seu grupo, é compelido a enquadrar-se num modelo homogêneo socialmente estabelecido. Se a globalização dilui as fronteiras desestabilizando as identidades, as culturas hegemônicas estabelecem o comportamento mundial. Dentro de um proceder que propaga e efetiva uma homogeneidade comportamental, a mídia tem um papel preponderante de interferência cultural, determinando e idealizando os valores sociais.

O autor então, busca na psicomotricidade o entendimento desses registros corporais que para ele revelam o indivíduo e sua história. Propõe uma reorganização estrutural a partir de um mergulho na memória corporal individual, no sentido de, a partir da desconstrução dos modelos pré-estabelecidos, abrir um canal de possibilidade.

Por tudo que até aqui foi exposto, compreendi que a dança na Fundação Cidade Mãe, por estar comprometida com os padrões pré-estabelecidos já referidos nesse estudo, é contraditória com esta proposta de dança cidadã que prioriza a desconstrução dos modelos. É necessária uma revisão de metas, objetivos e metodologia de ação pedagógica para a dança na instituição alcançar seus ideais. Superar o entretenimento é o seu maior desafio.

A dança tem um papel preponderante como ponte de investigação e organização da ação gestual do jovem no sentido de aproveitar os registros revelados no processo

investigativo. O corpo na psicomotricidade busca a estruturação para equilibrar, para retornar ao eixo Bertazzo propõe como essência do seu trabalho a busca do conhecimento das várias especificidades contidas no ser com o intuito de conhecer as suas nuances individuais, sem eliminá-las; ao contrário, valorizá-las no adolescente, incentivando novas possibilidades. É preciso que o adolescente tenha domínio sobre cada parte de seu corpo e, sobre esta questão, o autor diz: “O ser humano quando domina seu corpo libera onde quiser”. [INFORMAÇÃO VERBAL, 2006].²¹.

Reforçando esses argumentos de Bertazzo, Machado sustenta que além dos conceitos de imagem e esquema corporal a psicomotricidade vai entender que o corpo se organiza através de outras funções. E acrescenta que se não há uma relativa constituição de esquema e imagem corporal, o corpo tem uma condição muito precária para desenvolver as demais funções. E conclui que seria uma tolice se não houver um corpo constituído, “treinar” lateralidade ou equilíbrio de forma isolada (Machado, 2004).

Em *workshop* realizado em Salvador (Teatro do SENAC, 28/10/2006, Salvador-Ba), Bertazzo demonstrou suas idéias para o público presente, ministrando uma aula com jovens da periferia paulistana com os quais ele trabalha há alguns anos. Começou com um breve aquecimento que ele chamou de “concentração e percepção despertada” que tomava como valor o uso do fardamento. A proposta foi, a partir desse exemplo, desvestir seus alunos dos signos e representações que os individualizam no sentido de promover o processo de coletividade. O autor afirma que o discurso dos jovens e adolescentes revela um profundo desconforto de algo que está retraído e que explode numa dinâmica de movimento e ação que aponta inquietações. “Muscularmente o jovem hoje é mais inquieto” [INFORMAÇÃO VERBAL, 2006]. Essa inquietação pode estar sendo produzida na necessidade do sujeito se entender nesse espaço social. Nesse sentido, a partir da ação corporal do indivíduo, sua relação com o espaço é revelada.

Como então ensinar uma dança que não pretende propor padrões técnicos e estéticos? Em princípio é importante saber quais experiências corporais anteriores foram vividas por essas crianças ou esses jovens. Aos que vivenciaram algum tipo de trabalho corporal pode ser verificado o nível de entendimento intelectual e corporal atingido e para todos de maneira geral o trabalho pode começar pela informação de alguns elementos da dança como: Espaço tridimensional (da sala de aula), diagonais, direita e esquerda, níveis alto – médio – baixo, lateralidade, gesto, forma, exercícios lúdicos que mexem com o individual e

²¹ Workshop realizado no Teatro do SENAC em 28 out. 2006. Salvador-Bahia.

o coletivo, escuta da música. A intenção dessa experiência é situar o jovem e a criança, provocando através do corpo e do movimento uma percepção espacial-temporal individual e coletiva. Para Fátima Alves,

[...] na sala de aula, o aluno busca um espaço para o seu corpo, vivendo intensamente cada momento. Se inibido de imediato haverá bloqueio psicomotor, levando ao isolamento, ele passa a se tornar ‘observador do mundo [...]’. (ALVES, 2003, p. 16)

O psicólogo Paulo Gaiarsa afirma que nosso corpo é sustentado por um esqueleto que possui inúmeras articulações, que são movidas por milhões de neurônios responsáveis pelo nosso movimento, “Nosso aparelho de movimento se compõe de aproximadamente duzentas alavancas ósseas” (2002, p. 53). Observa que para fazer nosso corpo parar de pé ou nos manter em posição estática, atua sobre nosso esqueleto cerca de trezentos mil neurônios situados no eixo cérebro-espinhal (GAIARSA, 2002, p.53).

O autor aponta que, apesar do grande conhecimento que a ciência desenvolveu sobre o cérebro humano:

[...] ninguém é capaz de perceber esta maravilha banal que é acenar para um amigo, chutar uma bola ou carregar uma criança. Somos cegos para o cotidiano e pagamos caro por nossa inconsciência. (GAIARSA, 2002, p.54).

Bertazzo, referindo-se à falta de uma prática habitual de exercícios na vida do cidadão, observa que existe um desestímulo constante que é fruto de um sentimento de irresponsabilidade desse cidadão consigo mesmo. Argumenta então, que:

Tentando encontrar um caminho para despertar o hábito do movimento em meus alunos, percebi que não é pela via lógica e racional que conseguiria motivá-los. Havia que atingi-los em seu mais profundo sentido corporal, naquele outro ‘órgão do sentido’ que se conta além dos cinco conhecidos, que é o da sensação interna das diferentes partes do corpo em suas inter-relações, em suas possíveis combinações (BERTAZZO, 1998, p. 11-12).

Assinala ainda que o aparelho locomotor traz sua própria identidade coordenada numa estrutura formada a partir de músculos, ossos e pele. Órgão importante no processo evolutivo do corpo humano, o aparelho locomotor, segundo o autor, traz referências precisas de espaço e tempo. Essa conceituação espaço-temporal parte de uma organização do movimento humano interior que engloba uma forma mais espontânea de movimentação cotidiana, até a prática de exercícios. Portanto para Bertazzo:

Forçar um cidadão a uma disciplina espartana de exercícios sem que suas ‘sensações de base’ – ou ‘bases sensoriais’ – tenham sido despertadas coloca-o inevitavelmente numa falsa perspectiva: Ele realizará movimentos como se estes acontecessem apenas à frente de seus olhos, como se os visse numa tela, e isso poderá bloquear definitivamente seu conhecimento. (BERTAZZO, 1998, p.12).

Um grupo social difere do outro a partir das referências que o identificam, produzindo nos sujeitos que o constituem um sentimento de pertencimento, que os fazem perceber-se parte desse grupo social. Ao mesmo tempo, o entendimento desse sujeito, de suas referências individuais o subjetivam. Somos todos então, diferentes no igual.



Ilustração 5 – Aula de improvisação da oficina de dança da empresa Educativa de Roma Fundação Cidade Mãe. Aluna Ana Paula – 2006. Foto: Luis Batista

A possibilidade de encontro do sujeito consigo mesmo, está na reorganização corporal, revelando-lhe a própria subjetividade, calçada em referências conceituais próprias e marcantes, que lhes identificam dentro de um grupo social. Portanto, a *dança cidadã* não deve propor-se à continuidade de uma contradição entre os desejos do corpo e as exigências sociais que enquadram os sujeitos em padrões múltiplos pré-estabelecidos. A *dança cidadã* deve despertar no sujeito a capacidade de reconhecer-se corporalmente, numa leitura que traz a

percepção de suas necessidades expressas nos sentidos e no movimento corporal.

3.4 A REVELAÇÃO DO ESPETÁCULO DO CIDADÃO DANÇANTE

A base da estrutura civilizatória está na tradição greco-romana que alimentou uma mentalidade ocidental a partir da produção de modelos políticos, religiosos, filosóficos e científicos. Eram os homens de idéias que criavam os paradigmas que seriam absorvidos e transformados de civilização em civilização, de geração em geração, estabelecendo o que era feio e o que era belo, o que era bom e o que era ruim, quem era o deus e o que era o diabo, quem era divino e quem era mortal. Desses paradigmas somos herdeiros incontestáveis.

Na Grécia antiga, os espetáculos tinham como principal função traduzir na linguagem artística e poética os dramas e conflitos da *pólis*. Buscavam atingir o imaginário de cada cidadão no sentido de se identificar com suas mensagens que traduziam vivências políticas, sociais e existenciais sempre relativas às condições vividas pelo homem grego em sua sociedade.

A publicidade é a condição para que algo se revele para a sociedade, saindo do âmbito do particular e se tornando com diziam os romanos uma *res publica* que pode ser traduzida por coisa pública. A noção de espetáculo vem da Antiguidade através do termo latino *spectaculum* significando tudo que prende o olhar e chama a atenção.

Nesses espetáculos o indivíduo era remetido à condição humana, em grego o *métron*. A finalidade era atuar na *aletheia* que compreendia clarear os fatos, buscar a verdade que estava oculta em cada fato, fenômeno ou questão do dia-a-dia da vida social. O espetáculo era então um instrumento do homem para coletivizar os ideais sociais e políticos pela via aberta da arte, dando publicidade às ações dos cidadãos.

Muita estrada civilizatória nos trouxe aos espetaculares dias de hoje onde convivem várias formas de chamar a atenção e prender o olhar, que vão desde o espetáculo propriamente artístico, às *performances*, às práticas espetaculares até ao próprio espetáculo produzido pela mídia. Assim, enquanto na origem grega a essência da proposta do espetáculo era a cidadania, hoje na contemporaneidade o espetáculo na versão *mediática*, ao invés de clarear o indivíduo, torna-o um estranho no seu próprio ninho, pois retira de si mesmo a capacidade de reconhece-se, projetando não a consciência cidadã, mas a massificação e a banalização de sua condição humana. Longe da construção da *aletheia*, promove a manipulação do inconsciente e direciona a vontade coletiva ao seu próprio estranhamento.

O espetáculo revelador do cidadão dançante, tratado nessa dissertação, não se propõe a um retorno à origem grega, pois não é possível regatar o passado, nem a sociedade contemporânea se reconhece no imaginário da Grécia antiga. Comunga de seus ideais enquanto proposta de promover e remeter o jovem dos quilombos urbanos baianos à sua condição humana, em outras palavras ao *métron*, como possibilidade de construção do seu reconhecimento cidadão.

O desfecho ou ação de desvelamento do cidadão dançante através do processo de criação artística do espetáculo é a culminância do seu desenvolvimento e sua compreensão de si como sujeito de direitos e deveres. Esse processo implica numa imersão em sentimentos e emoções que podem provocar nesse sujeito, a descoberta de valores e avaliações que o

moverão ao desenvolvimento de uma postura crítica em relação a sua sociedade e principalmente em relação a si próprio.

A dança potencializa e aguça a criatividade. Eis que desafia o homem em sua capacidade de se expressar sem palavras e de mergulhar profundamente em sensações e sentimentos que são assumidos pelo corpo e indescritíveis por uma narrativa verbal. Dançar é assumir o corpo como potência expressiva máxima. É traduzir-se através de movimentos, emoções, anseios, desejos e sonhos. É religar o indivíduo com o universo. Nesse sentido a dança é um instrumento de superação de medos e repressões para a libertação do sujeito. Por essa razão o espetáculo que se propõe cidadão implica em desvendar para o praticante um mundo de possibilidades, onde o sujeito se torna, através da exposição artística, um ator social capaz de transformar a si mesmo ao tempo em que transforma o seu entorno.

Dessas conjecturas foi possível reconhecer que o espetáculo revelador do cidadão dançante, tratado neste estudo, tem características e elementos próprios para sua constituição.

ASPECTOS CONCLUSIVOS

[...] estou preparado para ser chamado de ‘idealista’, ‘sonhador’, ‘poeta’, ‘utópico’ ou de qualquer outra coisa que signifique acreditar em um futuro que permita um presente menos desumano. (MEDINA, 2004, p.16).

Minha pesquisa não teve a pretensão de esgotar ou mesmo delimitar o tema estudado, mas defino em meus aspectos conclusivos, a seguir, algumas características que considero próprias de um espetáculo revelador do cidadão dançante que são resultados que deverão vir a ser objeto de um estudo de doutoramento:

- 1º Este espetáculo, seja qual for a temática escolhida, tem como meta a revelação da condição cidadã em meio às questões da *polis*. Ou seja, vai lidar com as identificações do sujeito frente aos conflitos que revelem sua situação de cidadania. Dentre os fatores que podem favorecer a construção das identidades, estão os genéticos, a herança da personalidade familiar e, ainda, todas as suas vivências registradas em suas relações sociais e no seu campo sensorial.
- 2º Chegar ao espetáculo é o caminho e o convite para a transformação. Nesse sentido, o espetáculo é uma espécie de via e processo para que cada participante tenha a experiência da vivência artística como criação, tanto em termos pedagógicos, psicológicos, como em termos sociais e políticos. Pode-se dizer que é um espetáculo comprometido na reconstrução coletiva das histórias pessoais de cada jovem. Assim não é um espetáculo para promover virtuosos, mas para a realização coletiva.
- 3º Mais que um espetáculo, chega a ser um rito de passagem que alcança imprimir na expressão do corpo do jovem o que ele foi aprendendo no decorrer do processo e que consolidou sua auto-estima. Constituem etapas da construção desta sua auto-estima a conquista e o domínio de sua estrutura tanto física como rítmica e expressiva, capacitando-o para produzir movimentos próprios e um discurso tanto corporal como oral com qualidade e significado. Dessa forma, passa pela tensão do aprendizado até encontrar o prazer do processo que se consolidará no

espetáculo. Este espetáculo, como diz Bertazzo (2004, p.35): “É o exercício estratégico entre ação e emoção. Seu mistério está no jovem alcançar o prazer do saber fazer e o gosto do fazer bem”.

- 4º Trata-se de um espetáculo que se propõe a desconstruir no corpo dos jovens suas repressões e castigos impressos por uma sociedade classista e racista com antecedentes da colonização escravista. Descolonizar é a meta primeira da construção do corpo do ator social do espetáculo revelador do cidadão dançante. Para tanto, é necessário não reproduzir nem modelos, nem estéticas alheias às histórias de vida dos jovens atores sociais.
- 5º O corpo encarna as inscrições e representa a dramaturgia da vida de cada ator social. Assim o espetáculo cidadão será aquele capaz de apresentar a síntese poética da dramaturgia do coletivo. Esse espetáculo comportará corpos que não devem estar modelados e pré-definidos por sistemas estéticos e técnicos de dança alheios às suas histórias de vida. Deve contemplar as experiências pessoais e as heranças genéticas e culturais. O trabalho corporal deve buscar uma metodologia básica para que o sujeito saia de um estado de retração seguindo para a presença corporal. Essa dança então, não admite esquemas corporais fechados, nem se utiliza de um único formato técnico ou estético para determinar a ação corporal. Ele será sempre a proposta de um sistema aberto que abrace toda a perspectiva que sirva de base para uma ação de reorganização corporal que respeite as várias construções de individualidades.
- 6º Este espetáculo finaliza um processo de compreensão do sujeito sobre si perpassando pelo auto-reconhecimento. Neste processo de construção dramaturgica, os sujeitos participantes terão de se envolver de uma forma ou de outra, como gestores ou como intérpretes de uma idéia que está calçada em seus processos sociais contextualizados em vivências reais ou fictícias, mas que é produzido no seu espaço social e temporal.
- 7º A preparação corporal desses atores sociais passa pela reorganização de seu corpo. Isto necessita de um processo que crie um diagnóstico da situação físico, estrutural e emocional de cada corpo que compõe aquele elenco. Quem se propõe a dirigir este processo deve criar uma perspectiva de trabalho a partir deste

diagnóstico, para atender àquelas estruturas corporais. Isso não pode ser feito aprioristicamente. Desse processo resultará uma proposta de trabalho única, que deverá atender as noções básicas dos esquemas e imagens corporais: a psicomotricidade, o reconhecimento dos pontos de apoio, o equilíbrio, a coordenação das partes visando à harmonização de todo o movimento, o eixo corporal, o centro de energia e a fluidez entre outros pontos básicos da estruturação e reconhecimento da capacidade físico-emocional do corpo. Esse é o procedimento que poderá individualizar e promover o auto-reconhecimento necessário ao *cidadão dançante*, revelado no espetáculo.

8ºO impacto deste espetáculo está na imagem da transformação do ser retraído agora revelado em presença vigorosa capaz de assumir o seu lugar de pertencimento social. Trata-se de sair de uma postura de resistência e ocupar o lugar da ação. A presença tem o valor não da rebeldia simplesmente, mas da audácia e da ousadia da potencialidade revelada. Isso não depende do tema escolhido, mas da postura conscientemente assumida de seus corpos. A grande imagem que fica para o público é a de que estamos aqui, somos cidadãos e não vamos mais abrir mão desse direito. E é essa a imagem e a cena do sucesso do espetáculo que revela o *cidadão dançante*.

A finalização do capítulo III desta dissertação trouxe os resultados de toda a argumentação que comprovou a hipótese inicialmente levantada de que, através da dança o ator social pode se reconhecer como *sujeito cidadão* revelado na ação do espetáculo. Se por um lado houve a satisfação de ter chegado ao término de um processo, por outro ficou claro para mim que é o princípio de uma nova jornada. A busca pela realização do curso de mestrado foi parte das inquietações de minhas voltas e revoltas em torno de minhas próprias insatisfações.

Foi fundamental sair um pouco do empirismo, da sala de aula, e enfrentar o esforço que a fundamentação teórica exige na Academia. Sem os estudos e o mergulho nas teorias e pensamentos que fundamentam o pós-colonialismo, o multiculturalismo e as teorias pós-estruturalistas, seria impossível eu desenvolver uma análise crítica dos processos pedagógico-artísticos, vividos na Fundação Cidade Mãe, por mim.

Ficou claro também a importância de toda a experiência profissional desenvolvida naquela instituição. Todo este processo constituiu meu amadurecimento e minha superação de uma visão

ainda positivista que percebo começo a exercitar juntamente com a prática dos resultados obtidos na pesquisa. Foram descobertas que me revelaram as delícias da conquista do saber.

Constatai que vivemos um tempo de crises e ações violentas onde é preciso repensar os referenciais. Nesse sentido, este trabalho mostra que precisamos redefinir a relação do corpo com a sociedade e liberá-lo dos processos educacionais moldantes, pelos quais esse corpo vem passando ao longo das civilizações.

Se há a necessidade de se repensar o corpo em nossa sociedade, cabe principalmente aos profissionais ligados às áreas afins a responsabilidade da realização dessa tarefa. Esse repensar se efetiva num processo individual que resultará numa conscientização coletiva. Concordo com Medina quando este diz que “A consciência do homem pode ser entendida como o estado pelo qual o corpo percebe a própria existência e tudo mais que existe” (MEDINA, 2004, p.23).

Entendo que rever conceitos perpassa por uma revisão psicocorporal que reorganiza os corpos a partir da conscientização do sujeito sobre si e que compreenderá o poder de autonomia que cada ser social possui para transformar a si e ao ambiente ao seu redor.

Uma transformação significativa da estrutura social só virá a partir de uma mudança do coletivo e de sua capacidade de saber lutar por seus direitos cidadãos. Minha experiência ainda em processo leva-me a perceber minha própria transformação e revelação, fruto da necessidade de reconhecer meu corpo a partir de meus referenciais culturais que me humanizaram e me deram sentido como ser social, igual e único na condição de pertencimento.

Esta dissertação propôs uma reflexão no sentido de avaliar o que são os educadores, o que estão fazendo com seus corpos e com o corpo do outro. A revelação terá que se fazer primeiro em nós. Não adianta uma proposta de reconstrução se o conceito de enquadramento vigente na sociedade perdura e ressoa incessantemente dentro de nós, sem que façamos qualquer movimento para mudá-lo.

A dança ainda vem insistindo em aplicar e aprimorar a técnica como meio de lapidar e preparar o corpo para a execução de movimentos mais harmoniosos, limpos e sincrônicos. Continua impondo padrões estéticos colonizadores que desencadeiam no sujeito praticante a necessidade de se enquadrar sem qualquer questionamento crítico. Em algumas danças, a técnica e a exigência estética é tão grave, que determina entre outras coisas que o indivíduo abandone sua história e suas identificações para assumir uma forma que não lhe pertence, que lhe causa estranhamento de si e lhe aliena de sua condição de sujeito.

O final do século XX trouxe com força a globalização e um movimento que aguça os sentidos do sujeito que se percebe agora num turbilhão emocional, contraditoriamente ainda Shakespeareano: entre o ser ou não ser “Eu”. Na contramão dessa crise Medina afirma que

[...] nós não *temos*, um corpo; antes, nós *somos* o nosso corpo, e é dentro de todas as suas dimensões energéticas – portanto, de forma global – que devemos buscar razões para justificar uma expressão legítima do homem, por meio das manifestações do seu pensamento, do seu sentimento e do seu movimento. (MEDINA, 2004, p. 12).

Todos os indivíduos são cidadãos dançantes que em potencial podem se revelar no espetáculo. Assim todos os setores sociais devem estar voltados no sentido de produzir condições para que o jovem dos quilombos urbanos conheça seu potencial de cidadão dançante através da disponibilização de projetos artísticos de cunho social como o desenvolvido na Fundação Cidade Mãe.

Ao finalizar esse trabalho percebo a própria necessidade do meu auto-reconhecimento e auto-reorganização corpórea, respeitando e valorizando todos os processos e técnicas vividas ao longo de minha formação e atuação como dançarina, atriz, cantora e professora. Não me identificava com alguns métodos a que meu corpo era submetido para dançar. Emergia um sentimento de um corpo fora do ser sem sentido e sem prazer. Quando participava de aulas que valorizavam meus referenciais identitários meu corpo reagia de maneira harmoniosa. O sentimento era de imenso prazer, havia um encontro comigo mesma e minha auto-estima era estimulada positivamente. Nesse momento vivo um movimento de revisão de conceitos no sentido de compreender minha própria etnobiografia.

Pretendo caminhar na busca de uma reflexão mais aprofundada e responsável acerca dessa dança que revela e que existe potencialmente em todos nós. Trata-se da busca de uma afrografia²² da dança brasileira.

Atualmente dedico-me às crianças e adolescentes dos processos artísticos em dança da Fundação Cidade Mãe, e elas são os sujeitos da minha pesquisa. Porém, percebo a certa altura dessa pesquisa que as necessidades cresceram e se ampliaram movidas pelo conhecimento naturalmente adquirido durante o mestrado. Ampliar os caminhos que agora se abrem é um convite para uma nova empreitada que possivelmente será assumida num doutoramento. Neste momento atenho-me aos objetivos primeiros desta pesquisa: O espetáculo como revelador do *cidadão dançante*.

²² O termo afrografia é inaugurado por Leda Martins em sua obra Afrografia da Memória: O reinado do rosário no Jatobá (1997).

Finalmente levanto questionamentos e reflexões que sirvam para os educadores que como eu, se inquietam e questionam-se em relação ao processo criativo em dança e ao espetáculo para a construção da cidadania com crianças e jovens em situação de pobreza. Estes educadores merecem atenção, pois se propõem a serem agentes de renovação e de transformação do meio em que vivem.

Não apresento aqui uma proposta acabada de modelo corporal e criativo de uma dança para a cidadania, pois entendo que o princípio mais relevante do meu trabalho é justamente desenvolver uma perspectiva em dança que respeite as individualidades, valorizando os referenciais e o que os liga coletivamente, compreendendo esses corpos e as mensagens que a todo instante surgem deles, para assim produzir no sujeito um sentimento de pertença e conscientização, que o faz desvelar-se e revelar-se no espetáculo do cidadão dançante.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Chico; CARPI, Lúcia; RIBEIRO, Marcus Venicio. **História da sociedade brasileira**. 14. ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Editora Ao Livro Técnico, 1996.

ALMEIDA, Marcus V. Machado. **Corpo e arte em terapia ocupacional**. Rio de Janeiro: Enelivros, 2004.

ALVES, Fátima. **Psicomotricidade: corpo, ação e emoção**. Rio de Janeiro: WAK Editora, 2003.

ATKINSON, Rob. Combatendo a exclusão social urbana. O papel da participação comunitária na regeneração das cidades européias. In: VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Exclusão Social – Um problema de 500 anos. **As artimanhas da exclusão – análise psicossocial e ética da desigualdade social**. (Org. Bader Sawaia). 5. ed., Petrópolis: Vozes, 2004.

BERTAZZO, Ivaldo. **Cidadão corpo** - identidade e autonomia do movimento. 4. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1998.

_____. **Espaço e corpo**: Guia de reeducação do movimento. São Paulo: SESC, 2004.

CARNEIRO, Marcelo. Questão de raça. **Veja**, São Paulo, p.103, 19 jul. 2000.

DESCARTES, Renè. **Discurso do método**. Tradução Ciro Mioranza. São Paulo: Escala Educacional, 2006. (Série Filosofar).

ESTRADA, Elisabeth Muylaert Duque. “A literatura é a coisa mais interessante do mundo, talvez mais interessante que o mundo” Revista Confraria – arte e literatura, número 11 – nov/dez 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FIDA - Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola. Agência das Nações Unidas (Organização Não Governamental). **Pobreza rural no Brasil**. Disponível em . http://pt.wikipedia.org/wiki/Fundo_Internacional_de_Developmento_Agr%C3%ADcola. Março / 2007. Acesso em: 5 mar. 2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete, 32. ed., Petrópolis: Vozes, 1987.

FUNDAÇÃO CIDADE MÃE. **Construindo cidadania**: proposta pedagógica da Fundação Cidade Mãe. Salvador: UNICEF - Fundação Cidade Mãe, 2004.

GAIARSA, José A. **O que é corpo**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 2002. (Coleção Primeiros Passos).

GARAUDY, Roger. **Dançar a vida**. Tradução de Antônio Guimarães Filho e Glória Mariani. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

GEERTZ, Clifford. **O saber local** - novos ensaios em antropologia interpretativa. 8. ed., Petrópolis: Vozes, 2006.

GIL, José. Movimento total. O corpo e a dança. Tradução Miguel Serras Pereira. São Paulo: Iluminuras, 2005.

GODI, Antônio. **Assunto**: O entrevistado fala sobre o Carnaval de Salvador da década de 70 onde afoxés, blocos de índios (Apaches, Comanches), escolas de samba e o surgimento dos blocos afros, se tornaram um marco na afirmação identitária da população negra de Salvador. Entrevista concedida ao programa Nosso Carnaval, Melhores Momentos. 17 fev. 2007, Salvador: TV Educativa/ TVE Bahia.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro, Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

JODELET, Denise. Os processos psicossociais da exclusão. In.: SAWAIA, Bader. (Org.). **As artimanhas da exclusão** – análise psicossocial e ética da desigualdade social. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

JOHNSON, Christopher. **Derrida**: A cena da escritura. São Paulo: UNESP- Universidade do Estado de São Paulo, 2001.

LAFONT, Jean Daniet. **Tropique Nord**. Documentário. TVE-Educativa, jul./2007. Salvador/Bahia.

LEÃO, Raimundo Matos. Arte no espaço e ócio-educativo – uma proposta pedagógica para Crianças e Adolescentes. In: **Construindo Cidadania**. Proposta Pedagógica da Fundação Cidade Mãe. Salvador, 2004.

LECHTE, John. **Cinqüenta pensadores contemporâneos essenciais do estruturalismo à pós-modernidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2003.

LEVIN, Esteban. A clínica psicomotora: o corpo na linguagem. Tradução de Julieta Jerusalinsky, 3ª edição, editora Vozes. Petrópolis, RJ. 1995.

LOBATO, Fernandes Lúcia. **Malê Debalê**: um espetáculo da resistência negra na cultura baiana contemporânea. Tese (Doutorado em Artes Cênicas). Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**. 2. ed. São Paulo: Editora Forense Universitária, 1998.

MARTINS, Leda Maria. **Afrografia da memória**: o reinado do rosário no Jatobá. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997.

MEDINA, João Paulo Subirá. **A educação física cuida do corpo e...“mente”**, 9. ed., Campinas: Papyrus, 2004. (Coleção Krisis).

MELLO, Sílvia Leser de. A violência urbana e a exclusão dos jovens. In: SAWAIA, Bader. (Org.). **As artimanhas da exclusão – Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2004.

QUERINO, Manuel. **A raça africana e seus costumes na Bahia**. Salvador: P555 Edições, 2006. (Coleção A/C\BRASIL, 3).

RAMOS, Eleonora; BARBOSA, Hélia. **Nós e o estatuto**. CEDECA-Ba e Ação criança - SETRAS. Edição Eleonora Ramos. Editora A Folha.

RIBEIRO, Matilde. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF, outubro/2004

RISÉRIO, Antônio. **Uma história da Bahia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Versal, 2004.

SANTOS, Hélio. **A busca de um caminho para o Brasil**. A trilha do círculo vicioso. 2. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. In: SAWAIA, Bader. (Org.). **As artimanhas da exclusão – análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. **Por uma outra globalização do pensamento único a consciência universal**. 13. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

SAWAIA, Bader. (Org.). **As artimanhas da exclusão – análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

SILVA, Eliana Rodrigues. **Dança e pós-modernidade**. Salvador: EDUFBA / Universidade Federal da Bahia, 2005.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira – uma nova perspectiva sociológica**. Tradução Ana Arruda Calado, Nadjeda Rodrigues Marques, Camila Olsen. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 2003.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

TURRA, Cleuza; VENTURI, Gustavo. **Racismo cordial: a mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil**. São Paulo: Ática, 1995.

VÉRAS, Maura. Exclusão social – um problema de 500 anos. In: SAWAIA, Bader. (Org.). **As artimanhas da exclusão – Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 5. ed. Petrópolis: Vozes: 2004.

VIANNA, Klauss. A dança. São Paulo: Editora Ciciliano, 1990.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, Bader. (Org.). **As artimanhas da exclusão – Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2004.